

Walter Francisco Figueiredo Lowande

TRADICIONAL CASA MODERNA

Gilberto Freyre, Lucio Costa e o SPHAN na década de 1930

Monografia de Bacharelado

Departamento de História

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2007

Walter Francisco Figueiredo Lowande

TRADICIONAL CASA MODERNA:

Gilberto Freyre, Lucio Costa e o SPHAN na década de 1930

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientação: Prof. Dr. Sérgio da Mata.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2007

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho: o Prof. Dr. Marcos Vinícius, de quem aproveitei algumas das muitas idéias originais que me apresentou, com muita generosidade, nas poucas conversas que tivemos, e que formam agora a base da temática aqui trabalhada; o Prof. Dr. Sérgio da Mata, que com muita paciência aceitou me orientar neste trabalho, em meio à escassez de tempo de ambas as partes, não deixando, contudo, de ler atenciosamente o que inexperientemente escrevi e, em função disto mesmo, propor-me reparos que, petulantemente, muitas vezes não entendia porque acatar; a Prof. Dr. Helena Mollo e o Prof. José Arnaldo pela boa vontade em aceitarem ser os leitores críticos desta monografia; os amigos do Fórum Bernardo de Vasconcelos, Comarca de Ouro Preto, que compreenderam as faltas que por vezes se fizeram necessárias em função dos apuros pelos quais passei devido aos prazos que se me extinguíam; os amigos que em geral se interessaram a debater a temática que aqui será exposta, sempre preocupados em me apresentar novos autores e fontes que foram utilizados com muito proveito; os funcionários do ICHS pelo precioso serviço prestado e os professores pelo utilíssimo aprendizado que me proporcionaram ao longo do curso; a Viviane, do curso de Letras, que traduziu o resumo desta monografia para a língua inglesa; a minha namorada, Nayhara, que tão compreensivamente me apoiou durante todo este tempo, além de contribuir com atentas revisões gramaticais; e, por fim, a minha família, em especial minha mãe Therezinha, sem a qual seria impensável a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO	6
1. INTRODUÇÃO	7
<i>1.1. A casa</i>	10
<i>1.2. A historiografia da casa</i>	14
<i>1.3. Recorte</i>	21
<i>1.4. Biografias</i>	25
<i>1.5. Estado da arte</i>	30
<i>1.6. Procedimentos</i>	41
2. GILBERTO FREYRE E A CASA BRASILEIRA	47
<i>2.1. Casa-grande & Senzala</i>	48
<i>2.2. Sobrados e Mucambos</i>	60
<i>2.3. Mucambos do Nordeste</i>	67
3. LUCIO COSTA, A CASA BRASILEIRA E O SPHAN	73
<i>3.1. Saúde plástica e verdade arquitetônica</i>	74
<i>3.2. Lucio Costa e Gilberto Freyre: afinidades e contrariedades</i>	82
<i>3.3. Lucio Costa e o SPHAN</i>	86

4. O SPHAN E A CASA BRASILEIRA	93
<i>4.1. Os intelectuais modernos</i>	93
<i>4.2. O SPHAN no contexto do estado novo</i>	97
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

RESUMO

Monografia de Bacharelado em História das Idéias e História Intelectual do Brasil que analisa as relações entre o pensamento de Gilberto Freyre e Lucio Costa sobre a casa brasileira, a partir das obras que produziram entre 1930 e 1937, bem como a forma pela qual este pensamento foi apropriado pelo poder público, por intermédio do SPHAN, a fim de implementar um projeto de modernização do país baseado na tradição colonial e numa idéia de identidade nacional.

ABSTRACT

This is a Baccalaureate Final Paper in History about Ideas and Brazilian Intellectual History which analyses the relation between the Gilberto Freyre's and Lucio Costa's thoughts about the Brazilian house through the works that these authors produced between 1930 and 1937, and how these thoughts were appropriated by the State through the SPHAN in order to implant a project of modernization of Brazil based on the colonial tradition and on an idea of national identity.

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tratará do diálogo que se deu entre dois dos mais importantes intelectuais brasileiros, Lucio Costa e Gilberto Freyre, no período que vai do início dos anos 1930 até a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN – em 1937, órgão em que ambos atuaram efetivamente. O ponto específico a ser focado diz respeito ao modo como estes autores interpretaram a casa brasileira, e de que maneira estas idéias entraram em contato com o poder público.

Nossa hipótese é que, em contato com o SPHAN, órgão público responsável pela gestão dos bens históricos e artísticos representativos da cultura nacional, os pensamentos de Gilberto Freyre e de Lucio Costa, acerca da casa brasileira, adquiriram o poder de ditar os rumos que tomaria a modernização do país (a ser implementada pelo Estado), uma vez que se tornaram a versão oficial do que fosse a identidade nacional.

Mas qual seria a ligação entre o pensamento de Freyre e Costa? O primeiro produziu, ao longo da década de 1930, uma vasta obra no intuito de dar conta da específica formação cultural brasileira. Para tanto, criou um arcabouço conceitual de rara originalidade e difícil refutação entre seus pares. Partindo de uma espécie de história sócio-cultural da casa, na verdade, uma “história íntima” do brasileiro, Freyre analisou como nos trópicos se criou, a partir do esforço colonizador português, uma civilização patriarcal, escravista e

latifundiária totalmente original. Para a gênese dessa civilização confluíram caracteres culturais indígenas e negros, além da influência do meio tropical. O que explicaria o sucesso deste empreendimento seria a *plasticidade* do português, sem a qual seria impossível a criação de uma sociedade luso-tropical. Tal plasticidade torna-se compreensível somente a partir da acepção específica que Freyre empresta à noção de raça.

Estas idéias influenciaram sobremaneira um grupo específico da intelectualidade brasileira: os arquitetos modernos, sobretudo o fundador e líder da arquitetura moderna brasileira, o arquiteto franco-brasileiro Lucio Costa. Favorável a utilização de todos os recursos técnicos desenvolvidos até então, Costa não abriria mão de uma concepção artística “verdadeira”, que ele encontrou no Brasil colonial e que vinha se perdendo com os modismos europeus (problema também enfocado por Freyre). A *saúde plástica perfeita* (e aqui não analisaremos o grau de idealização presente ou não nesta concepção) das habitações coloniais, ou seja, o perfeito equilíbrio entre função e forma, a última representada pelos ideais de sobriedade e justeza das proporções, teria sido trazida para os trópicos pelos portugueses e aqui moldada pelo clima, adquirindo características capazes de expressar as qualidades de uma *raça*. A saúde plástica trazida pelos portugueses teria sido aprendida no contato com a civilização renascentista, o que atestaria nosso vínculo artístico e mesmo étnico com a cultura mediterrânea.

Resta ainda tentarmos responder outra questão. Qual é a ligação do

SPHAN com estas formulações teóricas? Esta instituição, criada pelo Estado Novo, insere-se num processo de centralização política e de hipertrofiamento do Estado. A construção de uma memória e identidade nacionais seria de cabal importância para tal processo, que pretendia modernizar e industrializar o país alterando pouco ou nada a estrutura social. Desta forma, podemos falar de uma *modernização conservadora*, na qual uma ideia de identidade nacional, buscada na tradição colonial, seria de extrema importância. Para tanto, o Estado passou a cooptar a elite intelectual do país, dentre eles Freyre e Costa, que com o apoio governamental, firmariam a hegemonia de seus discursos.

Para investigarmos melhor esta problemática, iremos analisar, no capítulo 2, a obra de Gilberto Freyre, dando especial atenção à forma como tratou alguns aspectos (interessantes para nossa abordagem) da casa brasileira. Tal análise levará em conta os principais esforços interpretativos das ideias freyreanas que guardam relação direta com os aspectos presentes na sua concepção da casa. Para tanto, utilizaremos três obras do período que enfocamos: *Casa-Grande & Senzala*, de 1933, *Sobrados e Mucambos*, de 1936 e *Mucambos do Nordeste*, de 1937.

No capítulo 3, faremos o mesmo em relação a Lucio Costa. Analisaremos dois textos de sua autoria, um de 1934, intitulado “Razões da Nova Arquitetura” e outro também de 1937, o conhecido “Documentação necessária”. Investigaremos também sua ligação específica com o poder público.

Por fim, no capítulo 4, trataremos especialmente da caracterização dos intelectuais modernos brasileiros e da constituição do SPHAN, o que nos ajudará a compreender o alcance das idéias aqui apresentadas.

Façamos, antes, uma espécie de mapeamento da temática com que iremos lidar, analisando uma possível forma de compreensão da casa do ponto de vista das ciências humanas e, em seguida, como ela vem sendo tratada do ponto de vista da historiografia, o recorte escolhido, a formação dos intelectuais estudados, a bibliografia utilizada e os procedimentos adotados.

1.1. A casa

Gilberto Freyre e Lucio Costa não se limitaram a descrever as habitações em que os brasileiros residiam. De ângulos diversos, ambos se esforçaram para, a partir da casa, dar ao povo brasileiro um sentido, em oferecer ao futuro do país novo que se ansiava por construir um rumo seguro, apoiado em valores que uma *vivência* do passado poderia trazer à tona.

Desta forma, a casa que iremos analisar no ideário de Freyre e Costa apresenta aspectos que vão muito além dos construtivos. Trata-se de apreender os traços característicos do ser brasileiro através de sua morada. Trata-se também de consolidar uma hegemonia discursiva que transcende as fronteiras acadêmicas e vai influir nas políticas públicas e, por conseguinte, na vida dos brasileiros.

O filósofo Gaston Bachelard é quem talvez nos ofereça o melhor

instrumental para pensarmos as relações entre o ser e a habitação. Para ele, a casa, sobretudo a que primeiro nos acolhe no mundo, não é tão somente um abrigo do corpo humano contra a natureza hostil. É também abrigo dos sonhos, dos devaneios:

“mais que um centro de moradia, a casa natal é um centro de sonhos. Cada um dos cômodos foi reduto de devaneio. [...] Se atribuirmos a todos estes retiros a sua função, que foi a de abrigar sonhos, pode-se dizer [...] que existe para cada um de nós uma casa onírica, uma casa de lembrança-sonho, perdida na sombra de um além do passado verdadeiro. [...] Assim, pra além de todos os valores positivos de proteção, na casa natal se estabelecem valores de sonho, últimos valores que permanecem quando a casa não existe mais”.¹

Independentemente de se tratar da casa natal ou de qualquer outra residência posterior, “todo espaço habitado traz a essência da noção de casa”.² Desta forma, podemos compreender melhor essa sua outra função:

“A casa não vive somente no dia-a-dia, no curso uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias mais antigos. Quando, na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamos ao país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamos-nos ao reviver lembranças de proteção”.³

Podemos perceber, portanto, que a casa tem uma outra função, muito clara e real, que vai além das preocupações técnicas e estéticas. A casa dá estabilidade ao ser do homem, ao fixar, através de seus espaços, os momentos de felicidade e de segurança dos quais desfrutou, protegido pela solidez das paredes, sonhando à vontade numa solidão impenetrável. Assim,

“é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas; e quando a casa se complica um pouco, quando tem um porão e um sótão, cantos e corredores, nossas lembranças

1 BACHELARD, Gaston. *A Poética do espaço*. São Paulo: Martin Fontes, 1993 (Coleção Tópicos), pp. 34-35.

2 *Idem, ibidem*, p. 25.

3 *Idem, ibidem*.

têm refúgios cada vez mais bem caracterizados. [...] Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo perdido, quer ‘suspender’ o vão do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido”.⁴

Este aspecto tem sido negligenciado pela grande maioria da historiografia acerca da casa, embora não o tenha sido em seus principais expoentes, que ora aqui estudamos. Um exemplo disso é a afirmação de Lucio Costa, quando, ainda na sua graduação, mais especificamente em 1922, se deparou pela primeira vez com aquele passado revelador da identidade nacional brasileira, quando, comissionado pela Sociedade Brasileira de Belas Artes, viajou pelas cidades históricas mineiras com o intuito de estudar a arquitetura de seus edifícios públicos e particulares. A este respeito, ele escreveu o seguinte: “vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra de cousas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós; não sei – Proust devia explicar isto direito”.⁵ Por sua vez, Freyre, após citar este trecho, diz o seguinte:

“nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. [...] Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o 'tempo perdido'. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos”.⁶

Portanto, uma das primeiras afinidades entre Freyre e Costa diz respeito justamente a “introspecção proustiana” a partir da qual tentam recuperar o

4 *Idem, ibidem*, pp. 27-28.

5 Este trecho, embora sem o “fica contente, feliz”, é citado no prefácio a primeira edição de *Casa-Grande & Senzala* (FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 8ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, V. I, p., p. 36).

6 *Idem, ibidem*, p. 37.

“tempo perdido”. A casa mostra-se objeto privilegiado para esta busca. O que Bachelard propõe no nível do ser, Freyre e Costa tentarão executar no nível da nação.

Outro aspecto acerca da casa alude as disputas intelectuais que a partir dela travou-se pela hegemonia de um discurso e pela legitimação de uma determinada política. Uma série de autores tem tratado, a partir de abordagens diversas, das relações que se estabeleceram entre os intelectuais e o Estado na década de 1930 e das disputas destes intelectuais no mesmo período. Entre eles podemos citar, mais especificamente dentro de nossa temática, Helena Bomeny,⁷ Luiz de Castro Faria,⁸ Lauro Cavalcanti,⁹ Otilia Arantes,¹⁰ Silvana Rubino,¹¹ José Gomes de Almeida¹² e Pedro Puntoni,¹³ entre outros.

Contudo, nenhum deles privilegiou a casa como sendo alvo destas disputas. A qualidade de objeto privilegiado para estudo do ser e da sociedade fez com que, em torno da casa, nascessem algumas das principais discussões acerca da identidade nacional. Mais que confrontos acadêmicos, estas disputas envolviam a afirmação profissional em campos como o arquitetônico, além da

7 BOMENY, Helena Bousquet. “O patrimônio de Mário de Andrade”. In CHUVA, Márcia. *A Invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

8 FARIA, Luiz de Castro. “Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão”. *Idem*.

9 CAVALCANTI, Lauro. “Encontro moderno: volta futura ao passado”. *Idem*.

10 ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. “Esquema de Lucio Costa”. In NOBRE, Ana Luiza et. al. [Orgs.]. *Um Modo de ser moderno. Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

11 RUBINO, Silvana. “Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lucio Costa e Gilberto Freyre”. In VOLFZON, Ethel et. al. [orgs.]. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

12 ALMEIDA, José Maurício Gomes de. “Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20”. *Idem*.

13 PUNTONI, Pedro. “A casa e a memória: Gilberto Freyre e a noção de patrimônio histórico nacional”. In FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B. de. [orgs.]. *O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil/ UniverCidade/ Fundação Roberto Marinho/ Topbooks, 2001.

legitimidade discursiva acerca de um dos principais objetos explicativos da nacionalidade brasileira.

Será, desta forma, principalmente a partir destes aspectos que analisaremos a casa na produção intelectual de Freyre e Costa entre 1930 e 1937.

1.2. A historiografia da casa

Não há, até então, uma sistematização da produção historiográfica acerca da casa de residência no Brasil. Embora não pretendamos levar a cabo tal sistematização, iremos apontar alguns exemplos de alguns trabalhos representativos tanto de continuidades com as interpretações que iremos apresentar quanto de análises alternativas.

Um primeiro exemplo é o trabalho de Carlos Lemos, professor da FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – e vinculado por um longo período ao IPHAN, intitulado *A Casa brasileira*. Neste livro estão claramente presentes aquelas idéias de uma arquitetura portuguesa que adquiriu características nacionais em contato com o meio tropical da colônia, conforme depreendemos desta passagem:

“pretendemos fazer uma breve história da casa brasileira e isso fatalmente nos leva às raízes ibéricas, especialmente às fontes de Portugal, o país que nos formou conforme as condições tropicais. Se a história de nossa casa tem o seu começo nas terras lusitanas, também tem seus vínculos com a oca indígena e até perceptíveis compromissos com a África e com o Oriente, com a Índia, nas tentativas de contornar os incômodos do calor abrasador”.¹⁴

É bastante clara a referência a uma pluralidade étnica na formação da

¹⁴ LEMOS, Carlos. *A Casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 11.

arquitetura brasileira. Desta forma, seguindo uma interpretação proposta por Lucio Costa (que também analisaremos mais à frente), a arquitetura brasileira teria se formado a partir do contato da arquitetura portuguesa com os trópicos. Lemos adiciona “perceptíveis compromissos com a África e o Oriente”, notados por Freyre, mas não mencionados por Costa, ao menos nas fontes que analisamos. Contudo, ao discutir o papel do negro na conformação dessa casa nacional, Lemos afirma que ele não “contribuiu na definição da casa nacional, embora tenha sido figura indispensável ao seu funcionamento”.¹⁵ Fica claro, neste ponto, que critérios puramente estéticos e construtivos podem obscurecer o papel sociológico de determinados grupos na história da casa brasileira. Assim, a casa representaria uma cultura da qual não teria participado o negro, pois ele não “definiu” as formas desta habitação, apenas serviu-lhe com seu trabalho braçal. Os traços culturais imprimidos pelo negro nas casas coloniais, talvez não em função de um saber arquitetônico, mas de um modo de vida peculiar, surgido em função da sua presença, não têm a devida consideração.

Noutro livro, intitulado *500 anos da casa no Brasil*, busca-se ainda uma essência do ser brasileiro através de suas habitações. Contudo, os autores acabam por considerar somente as casas de um determinado grupo de moradores brasileiros (certamente não os pobres) como sendo casas brasileiras:

“Casas-grandes, casas térreas, sobrados, palacetes, vilas, apartamentos, conjuntos habitacionais, condomínios horizontais, condomínios verticais, flats – enfim, várias formas de morar, porém todas guardando inter-relações semelhantes, mesmo com o passar do tempo, deixando entrever

¹⁵ *Idem, ibidem.*

que a sociedade brasileira tem uma face [...]. Independentemente da globalização que atinge aqueles expostos aos meios de comunicação, existe ainda um Brasil original, que perpetua sua cultura, grande demais para sucumbir diante das imposições externas e capaz de nos fornecer subsídios suficientes para sua plena compreensão”.¹⁶

Desta forma, fica ainda mais prejudicada uma análise das habitações nacionais, em primeiro lugar por querer reduzir o Brasil, na verdade os “brasis”, a apenas um, possuidor de uma cultura imutável. Em segundo lugar, esta cultura é buscada numa parcela específica da população nacional, justamente a que reside em casas inacessíveis à maioria dos brasileiros, o que oculta uma parcela considerável da realidade histórica.

Estas duas obras representam uma historiografia produzida ainda por arquitetos. Contudo, alguns historiadores têm atentado de maneira talvez mais proveitosa para a casa, tendo em vista ser ela uma importante fonte para se compreender momentos de importantes mudanças sociais. Com esta ampliação do olhar sobre a casa, novos sujeitos e novas abordagens passam a ser enfocados. Analisemos dois exemplos desta historiografia.

O primeiro deles se refere a um artigo de 1993, intitulado “Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX”, de autoria de Sheila Faria.¹⁷ Nele é analisada a vida material (a habitação, em particular), das populações que habitaram aquela região, correspondente ao norte do atual Estado do Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX, relacionando-a com as suas atividades

16 VERÍSSIMO, Francisco Salvador e BITTAR, Wiliam. *500 anos da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999, p. 29.

17 FÁRIA, Sheila Siqueira de Castro. “Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX”. In *Anais do Museu Paulista, Nova Série*, Nº 1, 1993, pp.107-129.

produtivas. A autora utiliza fontes escritas, quebrando aquele padrão de mera observação das características estéticas, construtivas e funcionais das habitações. A análise dos inventários do período estudado tornou possível a compreensão da divisão social e produtiva das “casas de morada” ou “de vivenda”, nas quais habitavam trabalhadores e seus escravos, agora alçados à categoria de “moradores” e tendo, enquanto tal, sua memória parcialmente recuperada. Contudo, segundo Faria, torna-se difícil tentar recompor o universo material doméstico desses homens com dados tão sucintos. Isto parece implicar numa certa imprecisão e na necessidade de muita imaginação em alguns casos. Todavia, tal fato não desmerece a importância do texto, pois ele amplia significativamente as perspectivas para o estudo da história da casa.

O outro exemplo é o capítulo do terceiro volume da *História da vida privada no Brasil*, cujo título é “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, de Paulo César Marins.¹⁸ Usando um conjunto mais diversificado de fontes (principalmente fotos, mapas e textos de época), o autor procura compreender as formas de resistência encontradas pela população pobre das grandes capitais brasileiras quando das reformas urbanas implementadas na Primeira República. De barracos de madeira a sobrados transformados em cortiços, percebe-se as condições das moradias populares do início do século XX, além de como a “desordem e [o] tumulto eram justamente as dimensões, muito eficientes, que

18 MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In NOVAIS, Fernando A. Novais [org. geral da coleção]; SEVCENKO, N. [org. do volume]. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – (História da Vida Privada no Brasil; 3).

grande parte das populações urbanas brasileiras encontravam para sua sobrevivência, para seu agir social”. Este texto, portanto, amplia a discussão, do ponto de vista das habitações populares, a respeito do choque cultural que se deu no Brasil a partir do século XIX, tema, como veremos, importantíssimo tanto na obra de Gilberto Freyre quanto na de Lucio Costa.

Mesmo em se tratando de trabalhos originais e importantes para uma melhor compreensão da história da casa brasileira, fica comprometida a tentativa de se tentar abranger o maior número de tipos habitacionais possíveis, pois a preservação destas residências, ao longo dos anos, foi bastante seletiva, baseada em critérios que se poderiam considerar mesmo excludentes, por alijar da construção da memória nacional um grande número de atores (o estudo que levaremos a cabo nos ajudará a compreender como foram criados estes critérios de preservação). Uma possibilidade de se reverter esse quadro seria o aproveitamento das novas discussões dentro do campo arqueológico, sobretudo no que se refere à arqueologia histórica.

O trabalho do arqueólogo Andrés Zarankin é uma rica demonstração de uma abordagem da história da casa a partir da arqueologia histórica. No seu artigo “*Arqueología de la Arquitectura*”, o autor apresenta os princípios teóricos que guiaram um projeto onde, através de uma análise de casas representativas de uma “classe média argentina”, em diferentes recortes temporais, poderíamos perceber a casa familiar como “*uno de los elementos centrales para la reproducción del sistema [capitalista]*”.¹⁹ O autor procura,

19 ZARANKIN, Andrés. “Arqueología de la arquitectura: *another brick in the wall*”. In *Revista do*

através da casa, discutir os aspectos ligados a “construção material das relações sociais”. A abordagem arqueológica apresentada por Zarankin auxilia na compreensão das casas como elemento ativo, “*productos culturales que interactúan en forma dinámica com el hombre*”.²⁰ Esta perspectiva permite que se compreenda a arquitetura como “tecnologia do poder”, reproduzindo simbolicamente as condições de dominação e conformando espacialmente a conduta humana.

Charles Orser Jr. propõe um campo conceitual para a arqueologia que possibilite a análise de relações de poder no contexto arqueológico estudado, relações como as que se expressam através da arquitetura. A “teoria de rede”, como o autor denomina o campo conceitual proposto, considera que uma paisagem cultural é criada a partir relações entre indivíduos. Tal abordagem propõe que as “paisagens [culturais] sejam compreendidas como criações conscientes, baseadas não estritamente na cultura mas nas interações e associações de agentes masculinos e femininos”.²¹ Podemos considerar tal proposição como sendo fundamental para o estudo da história da casa, pois, a partir desta perspectiva, ela passa a ser compreendida também como produto das relações de poder exercidas entre indivíduos.

A compreensão do campo teórico forjado pelo diálogo entre Freyre e Costa é fundamental para um melhor entendimento da historiografia brasileira sobre a casa de residência, uma vez que tendemos a crer que os conceitos nascidos

Museu Paulista de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, Suplemento 3, 1999, p. 124.

20 *Idem, ibidem*, p. 120.

21 ORSER JR, Charles. “A teoria de rede e a arqueologia da história moderna”. In *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. *Op. cit.*, p. 89.

deste diálogo influenciaram por longo tempo a história da casa brasileira. Contudo, este trabalho se limitará a investigar aquele campo teórico, passo fundamental, cremos nós, para uma correta compreensão desta historiografia.

1.3. O recorte

O ano de 1930 já foi notado como o marco da convergência entre as trajetórias de Freyre e Costa. Segundo Silvana Rubino, “podemos aproximar essas duas trajetórias a partir do momento da conversão, da refutação de um equívoco, de um lapso, de um pecado original. Após negarem o tradicionalismo e o racismo, constrói-se uma forte interlocução entre Costa e Freyre: convergências de interpretação do Brasil e conjunto de referências mútuas”.²² A autora prolonga este recorte até o ano de 1950, quando Costa vence o concurso para a construção de Brasília, o que suscita algumas críticas de Freyre em relação ao arquiteto e urbanista. Nós, entretanto, iremos limitar nossa narrativa ao ano de 1937, momento crucial para o nosso tema.

1930 foi o ano em que Lucio Costa foi nomeado diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), onde travou acirradas disputas com os concorrentes “neocoloniais”, grupo liderado por José Mariano Filho e do qual foi partidário havia pouco tempo. Antes de sua demissão da ENBA, Costa tentou implementar uma série de reformas que já atestariam sua nova orientação. Neste mesmo ano, Costa projetou duas versões para a casa “E. G. Fontes”, sendo a segunda versão inspirada nos traços modernos da arquitetura moderna européia, da qual Le Corbusier e os arquitetos da Bauhaus foram os principais expoentes. Ainda segundo Rubino, “passaria desse momento em diante a se referir ao neocolonial como pseudo-colonial – em suma, um equívoco”.²³

²² RUBINO, Silvana. *Op. cit.*, p. 268.

²³ *Idem*, p. 270.

Acreditamos que 1930 represente uma série de rupturas e decisões extremamente significativas na carreira de Costa, pelos fatos acima narrados, não obstante tenha sido somente nos quatro anos anteriores à construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública que fora “estudar mais a fundo todos esses movimentos modernos”.²⁴ Segundo José Pessôa, a noção de *saúde plástica*, que nos será extremamente útil para compreendermos a casa no pensamento do arquiteto e urbanista, já estava presente no artigo “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional”, de 1929, “um texto que podemos classificar como quase depreciativo ao mestre mineiro e ao seu precioso decorativismo, pouco representativo do verdadeiro espírito da arquitetura [nacional]”.²⁵ Portanto, cremos em 1930, ano em que Costa “já era moderno”, estaria claro para ele onde deveria buscar a sua “verdadeira” arquitetura nacional, sendo o período de “*chômage*”, que vai de 1932 a 1936, um aprofundamento técnico e teórico, de embasamento das idéias que tinha já claras na cabeça.²⁶

Gilberto Freyre, por sua vez, certamente já teria formado seu entendimento acerca da formação sócio-cultural brasileira desde seu retorno ao Brasil, em 1923. Uma passagem de seu diário demonstra que ele próprio tinha conhecimento de sua maturidade: “deixei o Brasil, ainda menino, e venho revê-lo homem feito. Venho revê-lo com outros olhos: os de adulto. Adulto

24 COSTA, Lucio. “Presença de Le Corbusier”, entrevista a J. Czajkowski, M. C. Burlamaqui e R. Brito. In *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1955, p. 555, *apud* LIMA, Luiz Costa. “O caminho plástico de Lucio Costa”. In NOBRE, Ana Luiza et. al. [Orgs.]. *Op. cit.*, p. 53.

25 PESSÔA, José [org.]. *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999, p. 14.

26 Cf. LIMA, Luiz Costa. *Op. cit.*, p. 53.

viajado pela América do Norte e Europa”. Foi nestes dois lugares que Freyre tomou suas principais decisões e conheceu a literatura que o influenciaria durante o resto da vida.²⁷ Já em 1922, sua tese de mestrado pela Universidade de Colúmbia, em Nova York, “continha a semente de boa parte de seu trabalho posterior”.²⁸ Contudo, a data de 1930 é extremamente importante para que entendamos os rumos que tomaram a produção intelectual de Freyre. Este foi o ano da Revolução que tirou o clã familiar de Freyre do mando de sua região, forçando-o ao exílio. Além disso, segundo Thomas Skidmore, “havia também intensificado o temor em Freyre de que os revolucionários destruiriam muito de um passado que ele pensava ser mal-compreendido. Capturar a essência daquele passado seria uma de suas principais metas literárias”.²⁹ Após intensas pesquisas, neste período, pela Europa e EUA, Freyre estaria pronto para escrever a obra que foi divisora de águas na história do pensamento sócio-cultural brasileiro: *Casa-Grande & Senzala*, cuja primeira edição foi levada a cabo, em 1933, pela Editora *Maia & Schimidt*. Pode-se concluir, portanto, que tal obra foi fruto dos acontecimentos de 1930 e da erudição acumulada no seu principal período formativo.

Abrangeremos nosso recorte, que se inicia, como mostramos, em 1930, até o ano de 1937. Este foi o ano do início das atividades do SPHAN, como já dissemos anteriormente. Segundo Pedro Puntoni, a respeito deste órgão, “podemos perceber que a idéia de patrimônio histórico e artístico nacional foi

27 Cf. SKIDMORE, Thomas F. “Raízes de Gilberto Freyre”. In VOLFZON, Ethel et. al. [orgs]. *Op. cit.*, pp. 41-64.

28 *Idem, ibidem*, p. 48.

29 *Idem, ibidem*, p. 51.

embasada na constituição e circulação de uma noção de memória nacional, por sua vez forjada no encontro da leitura modernizante e compromissada de uma tradição inventada”.³⁰ Freyre e Costa participaram efetivamente da construção desta idéia, e a criação do “Serviço” representa, acreditamos, a vitória desta construção. Também representa a coroação de um grupo enquanto guardião dos “verdadeiros” valores nacionais e a imposição destes valores aos brasileiros, garantida por uma instituição que, por força de lei, até os dias de hoje, define o que é digno de ser lembrado enquanto representativo da nação (o que também implica no aval destrutivo para aquilo que não se enquadra nesta “verdade” nacional). Veremos, adiante, que Freyre e Costa tiveram papel decisivo na implantação do SPHAN.

Contudo, em alguns momentos, quando isso se fizer necessário, avançaremos um pouco o recorte temporal, a fim de elucidarmos algumas questões que necessitem de tal artifício, uma vez que isto não implica em perdermos o fio de nossa argumentação.

Analisemos agora, em mais detalhes, a trajetória destes dois intelectuais.

30 PUNTONI, Pedro. *Op. cit.*, p. 93.

1.4. Biografias

Gilberto Freyre e Lucio Costa pertencem à mesma geração. O primeiro nasceu no Recife, em 1900, o segundo em Toulon, na França, em 1902, tendo sido, logo em seguida, naturalizado brasileiro. Foi um período dominado pelos determinismos de raça e clima, sendo estas teorias “o produto do mais avançado pensamento europeu e norte-americano do dia, e ambas pareciam aplicar-se perfeitamente ao Brasil, uma terra tropical em que a maioria dos habitantes descendia de africanos”.³¹ Quando Freyre viajou, em 1918, para iniciar seus estudos universitários nos Estados Unidos da América, mais precisamente em Baylor (uma Universidade de afiliação batista em Waco, no Texas), o clima intelectual era de superação destes determinismos e de questionamento acerca da “viabilidade do Brasil como uma nação moderna”.³²

Costa também desfrutou de uma boa educação no exterior. Logo após seu nascimento, veio para o Brasil, retornando à Europa em 1910, onde até 1916 cursou os estudos secundários na Inglaterra, Suíça francesa e França. Sua graduação será cursada, todavia, no Brasil, entre 1918 e 1922, mais especificamente na mesma ENBA que, em 1930, dirigiria por um curto período. A graduação proporcionou-lhe um grande conhecimento histórico e arquitetônico. Em 1924, comissionado pela ENBA, Lucio Costa viajou por Minas Gerais a fim de estudar seus edifícios públicos e particulares. Foi quando teve aquela experiência “proustiana” a que nos referimos

31 SKIDMORE, Thomas. *Op. cit.*, p. 43.

32 *Idem, ibidem*, p. 44.

anteriormente. Além disso, estudou com um dos mais respeitados arquitetos do período, José Mariano Filho, tornando-se o pupilo, posteriormente, um dos mais ferrenhos críticos do mestre.

Gilberto Freyre concluiu seu curso de Ciências Humanas em Baylor na metade do tempo, pois freqüentava as aulas em tempo integral. Este período foi, conforme demonstra Skidmore, decisivo na vida do intelectual. O choque cultural com o sul dos EUA, (onde a segregação se fazia ver de forma pavorosa³³), embora em posterior excursão pelo *deep South* americano tenha também notado as semelhanças entre o sistema patriarcal deles e o nosso, por certo o fez refletir sobre as questões raciais: “dos problemas brasileiros, nenhum me inquietou tanto quanto a miscigenação”.³⁴ Desde já, lia voraz e assistematicamente, o que, combinado com sua originalidade, fez com que fosse conhecido como um “gênio” entre seus colegas da graduação. Em Baylor recusou a proposta de se naturalizar americano a fim de conseguir uma bolsa de pesquisa, a “Rhodes Scholarship”, que pretendia promover os valores anglo-saxões, pois já pretendia estudar seu país natal e nele fazer sua carreira. Foi também no Texas que Freyre decidiu-se pelo catolicismo, que tão importante seria em suas análises. Após presenciar um culto protestante fundamentalista, ficou “enojado” com o estilo “altamente emotivo”³⁵ dos ritos batistas. Por fim, foi também neste período que Freyre optou pela forma mais

33 Freyre inclusive relata, em seu diário, ter presenciado o linchamento de um afro-americano. Cf. FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 33.

34 FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala...* p. 17.

35 SKIDMORE, Thomas. *Op. cit.*, p. 46.

ensaística que tomaram seus escritos, provavelmente por influência de seu “mentor” Oliveira Viana.

Da provinciana Waco, Freyre viajou para a efervescente Nova York, onde em dois anos concluiu seu mestrado numa das melhores instituições de pesquisa do mundo, a Universidade de Columbia. Um de seus mais influentes mestres foi o antropólogo alemão judeu Franz Boas, o mais importante acadêmico de sua época a se opor ao racismo científico. No “Prefácio à primeira edição” de *Casa-Grande & Senzala*, Freyre afirma o seguinte:

“foi o estudo de antropologia sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio.”³⁶

Tais idéias acompanhariam Freyre ao longo de sua carreira. Fundamental também foi a rede de amigos intelectuais que fez, intermediado por Oliveira Viana, nos Estados Unidos da América. Mas devemos dar especial atenção à sua tese de mestrado, defendida em 1922. Nela já estavam presentes a temática e o método que fariam de Freyre um intelectual conhecido e respeitado em grande parte do globo. Nela descrevia o mundo brasileiro do século XIX, o “mundo dos seus pais, avós e bisavós”, descrição que “permaneceria como o seu ponto de vista da história brasileira”.³⁷ Este ponto de vista também era o da intimidade familiar. A “história íntima do povo brasileiro” que propunha fugia das interpretações históricas tradicionais que tratavam de uma história política

36 FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala... op. cit.*, p. 18.

37 SKIDMORE, Thomas. *Op. cit.*, p. 48.

ou institucional. O tipo de história social escrita por Freyre era até então desconhecida no Brasil e viria a lhe render fama e prestígio internacional.

Após defender sua tese, Freyre viajou para a Europa e estendeu sua rede intelectual, tomando um especial gosto pelos modos ingleses. Segundo Maria Lúcia Pallares-Burke, “Gilberto Freyre já foi descrito como sendo, de fato, ‘dois’: o pernambucano *velho sábio de Apipucos* e o inglês. Até mesmo sua aparência era testemunha do seu lado inglês. Com se paletó de tweed no Recife tropical, mais parecia um coronel inglês a serviço de Sua Real Majestade, a Rainha”.³⁸ A literatura ensaística inglesa também o influenciou muito sua escrita.³⁹

Lucio Costa também realizou uma viagem à Europa, indo, em 1926, de navio para este continente. Entretanto, a viagem mais significativa que realizou entre sua graduação e o período que nos interessa foi aquela que fez para Minas Gerais, a qual já nos referimos anteriormente. Foi seu primeiro contato material com as linhas onde se evidenciariam os verdadeiros traços de um povo, expressos numa *saúde plástica* perfeita. Da sua graduação até a construção do prédio do MESP, teve uma intensa atividade como intelectual e acadêmico, tendo se tornado inclusive um dos mais respeitados nomes do movimento “neocolonial” carioca. O início da década de 1930 foi também difícil para Costa do ponto de vista profissional. Segundo o próprio Costa, “a clientela continuava a querer casas de ‘estilo’ – francês, inglês, ‘colonial’ –

38 PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. “Gilberto Freyre: um nordestino vitoriano”. In VOLFZON, Ethel et. al. [orgs]. *Op. cit.*, p. 83.

39 Cf. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Op. cit.* e PUNTONI, Pedro. *Op. cit.*

coisas que eu então já não conseguia mais fazer”.⁴⁰ Neste ínterim Costa também estudou “a fundo as propostas e obras dos criadores, Gropius, Mies van der Rohe, Le Corbusier – sobretudo este, porque abordava a questão no seu tríplice aspecto: o social, o tecnológico e o artístico, ou seja: o *plástico*, na sua ampla abrangência”.⁴¹

Gilberto Freyre, por sua vez, voltou ao Brasil em 1923, retomando a atividade jornalística que desde a infância cultivava. Contudo, sua principal atividade se relacionou com o movimento de renovação cultural de que foi líder no Nordeste, movimento este que se contrapunha ao “Modernismo” paulista. Ao contrário do caráter vanguardista e da “exaltação marioandradina do presente”, o movimento nordestino visava buscar na rica tradição cultural da região uma resposta para a estagnação cultural que acompanhava a econômica.⁴² Assim, em 1925, Freyre organiza o volume comemorativo do centenário do *Diário de Pernambuco*, intitulado *Livro do Nordeste*. Segundo José Maurício de Almeida,

“fugindo ao modelo usual de celebração de efemérides, a obra procura mergulhar num filão mais íntimo e mais profundo da memória regional, trazendo à luz a rica herança do passado nordestino que ainda alimentava o seu presente, mas que este afetava ignorar, seduzido por um falso progressismo e uma modernidade de fachada. [...] Era um enfoque que renovava a maneira convencional de tratamento da temática nordestina, mas que [...] se voltava antes para um resgate proustiano do tempo perdido, do que para a exaltação marioandradina do presente”.⁴³

Este volume demonstra desde já a posição de Freyre ante a cultura nacional.

No texto escrito por ele próprio para o mesmo, afirma, segundo Almeida, que

40 COSTA, Lucio. *Op. cit.*, p. 83. *Apud* LIMA, Luiz Costa. *Op. cit.*, p. 53.

41 *Idem, ibidem.*

42 Cf. ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *Op. cit.*

43 *Idem*, pp. 322-323.

a cultura nordestina é a “mais autenticamente brasileira”.

Já nos referimos anteriormente aos fatos ocorridos por volta de 1930. Agora o que nos interessa é analisar a literatura que toca nos vários sub-temas que envolvem a nossa abordagem, a fim de sondar suas contribuições e limites.

1.5. Estado da arte

O campo de estudos que abarca a obra dos intelectuais cujas obras analisamos, sobretudo no que tange a Freyre, é hoje bastante amplo. O mesmo ocorre em relação à intelectualidade na década de 1930 e ao SPHAN. Apresentaremos aqui alguns textos que tratam de importantes pontos dentro de nossa abordagem. Contudo, não analisaremos todos os textos utilizados neste trabalho, ao menos neste momento, sendo que, em alguns casos, optamos por deixar a discussão para quando elas surgem no texto. O intuito deste item será apresentar os principais aspectos contidos na problemática que enfocaremos. Para simplificar a relativamente complexa e intrincada rede de áreas que estão presentes neste trabalho, iremos separá-las em alguns sub-temas: *a casa, as relações entre intelectualidade e Estado e o patrimônio*. Na medida do possível, procuramos analisar estes sub-temas em autores que os relacionaram com o pensamento de Gilberto Freyre e Lucio Costa. Vejamos então as contribuições e limites destes textos.

a) *Casa* – não obstante ser a casa tema fundamental dentro da obra de

Gilberto Freyre, ela tem sido, geralmente, relegada a um plano secundário nas numerosas análises que até então foram feitas sobre a obra deste autor. Na maioria dos casos, ela aparece, quando muito, em um ou mais parágrafos, no intuito de dar uma “pincelada” geral no pensamento freyreano.

Podemos nos referir aqui a alguns dos poucos trabalhos que dedicam uma maior atenção à problemática da casa, não havendo, até então, contudo, um que se dedique exclusivamente a ela dentro da obra de Freyre. Dentre eles, devemos citar o texto de Silvana Rubino, “Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lucio Costa e Gilberto Freyre”.⁴⁴ Seu objetivo é mostrar que o relacionamento intelectual entre Freyre e o grupo de Lucio Costa foi fundamental para o sucesso da arquitetura moderna brasileira. Para tanto, Rubino toma três aspectos, relativos ao espaço urbano, presentes no pensamento dos dois autores: o higiênico, o espacial e o de estilo. A partir destes três eixos, a autora analisa como o discurso de um legitimou o do outro e vice-versa e a forma pela qual se foi construindo, com apoio institucional do SPHAN, uma arquitetura moderna nacional, até a construção de Brasília, momento em que apontará discordâncias entre Costa e Freyre. Segundo a antropóloga, “para Costa e Freyre, a casa colonial, assim como a moderna, não era uma questão de estilo. A primeira era quase um fenômeno social total, e a segunda era um projeto social e arquitetônico amplo, a superação do neocolonial e tema recorrente na cultura brasileira, o acertar o relógio com as

44 RUBINO, Silvana. *Op. cit.*

chamadas nações cultas”.⁴⁵ Por não aprofundar essa afirmação, o texto nos é mais útil do ponto de vista da construção de um discurso preservacionista do que da construção de um campo conceitual acerca da casa brasileira, embora trate destes aspectos em alguns momentos.

O pesquisador Rogério Leite trata de um outro aspecto da casa em Gilberto Freyre, o da dicotomia *casa X rua*, no seu texto “Fora de portas: o sobrado e seus inimigos”.⁴⁶ Este aspecto, que aparecerá primeiramente em *Sobrados & Mucambos*⁴⁷, será retomado por Roberto da Matta⁴⁸, “em um estudo que se tornou referência para as análises sobre as relações entre o público e o privado no Brasil”.⁴⁹ A aludida dicotomia significa que “a casa expressaria o domínio da ética da liberdade e da segurança, na medida em que o indivíduo é reconhecido, no âmbito familiar, como pessoa. A rua, ao contrário, representaria um espaço negativo, em decorrência de sua destituição familiar”.⁵⁰ Freyre apontaria, segundo Leite, para uma hipertrofia da esfera privada, “que iria orientar parte da formação ideológica da cultura brasileira”.⁵¹ Além disso, o texto é interessante por tratar de certos aspectos da casa presentes na obra freyreana, sobretudo em *Sobrados & Mucambos*, como,

45 *Idem, ibidem*, pp. 272-273.

46 LEITE, Rogério Proença. “Fora de portas: o sobrado e seus inimigos”. In VOLFZON, Ethel et. al. [orgs]. *Op. cit.*

47 FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 6ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Câmara dos Deputados; Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.

48 MATTÁ, Roberto da. *A Casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

49 LEITE, Rogério Proença. *Op. cit.*, p. 250. O autor também cita O’DONNELL, Guillermo. “Privatization de lo público en el Brasil: microescenas”. *Nueva Sociedad*, v. 104, 1989, ARANTES, Antônio. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000 e TELLES, Vera. *A Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. 1992. Tese (doutorado). – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

50 LEITE, Rogério Proença. *Op. cit.*, p. 250.

51 *Idem*.

por exemplo, o sobrado como “guardião de valores e mulheres”, ou o argumento de que Freyre “atribui à casa o sentido moderno de refúgio para a intimidade”⁵².

O já citado texto de Pedro Puntoni apresenta bastante relevância do ponto de vista de nossa abordagem. Este texto, intitulado “A casa e a memória: Gilberto Freyre e a noção de patrimônio histórico nacional”, aponta para a centralidade da casa na interpretação que Freyre faz da sociedade brasileira. Através de uma história social da casa-grande, que “é a história íntima de quase todo brasileiro”, Freyre operaria uma busca do “tempo perdido”, que seria, na verdade, a busca de uma identidade, confundindo-se com a própria noção de nacionalidade, pois “nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter do brasileiro; a nossa continuidade social”.⁵³ Discutiremos as idéias deste texto mais pormenorizadamente em momento oportuno.

Em relação ainda a Gilberto Freyre, temos o interessante texto de Zevedei Barbu, intitulado “A contribuição de Gilberto Freyre à sociologia histórica”, que apresenta a casa enquanto “fenômeno original da existência humana, o modelo do modo humano de ser, o signo de todos os signos de transição da ordem da natureza para a ordem da cultura; CASA que cria o homem, e escolhe Gilberto Freyre como seu poeta”,⁵⁴ numa abordagem bastante original sobre o método sociológico freyreano, e o livro do próprio Freyre, intitulado *A*

52 LEITE, Rogério Proença. *Op. cit.*, p. 254.

53 O autor cita FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, 2000 (1933), vol. II, pp. 219-220. Na edição com que trabalhamos (FREYRE, 1954) este trecho pode ser encontrado na página 36.

54 BARBU, Zevedei. “A contribuição de Gilberto Freyre à sociologia histórica”. In *Gilberto Freyre na Universidade de Brasília*; conferências e comentários de um simpósio internacional realizado de 13 a 17 de outubro de 1980. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 65.

Casa brasileira, onde ele próprio faz uma síntese do significado da casa em sua obra.⁵⁵

A respeito de Lucio Costa, três noções são imprescindíveis para a compreensão do sentido que emprestou à arquitetura moderna brasileira. São elas a *saúde plástica*, a *intenção plástica* e uma *verdade arquitetônica*.

Em relação às duas primeiras noções, temos em Ricardo Benzaquen de Araújo uma ótima referência inicial.⁵⁶ Do que se depreende de seu texto, “saúde plástica”, uma noção estritamente arquitetônica, refere-se à correta articulação entre forma e função. Na concepção de Lucio Costa, seria este um traço característico das construções populares nacionais, que aproximaria a arquitetura colonial da moderna e envolveria um conceito de identidade muito mais “fluido, plástico e móvel, que não pode sequer ser reduzido às fronteiras da nação”.⁵⁷ Contudo, não obstante o elogio que Costa tece à justeza das proporções e “ausência de *make-up*” das construções coloniais, sua contribuição estética vai além dessa concepção. A noção de *intenção plástica* presente em seu pensamento diz respeito à necessidade de uma intencionalidade estética por parte do arquiteto, pois seria a “qualidade plástica” e o “conteúdo lírico e passional” nela presentes que garantiriam a permanência da construção quando obsoleta sua função. Com relação a este tratamento da forma, Costa filia a arquitetura colonial e moderna a uma

55 FREYRE, Gilberto. *A Casa brasileira*: tentativa de síntese de três diferentes abordagens, já realizadas pelo autor, de um assunto complexo: a antropológica, a histórica, a sociológica. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.

56 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Nas asas da razão: ética e estética na obra de Lucio Costa”. In NOBRE, Ana Luiza et. al. [Orgs.]. *Op. cit.*, pp. 60-70.

57 *Idem, ibidem*, p. 62.

“corrente formal estática” que teria se desenvolvido primeiramente na bacia do Mediterrâneo e também na Mesopotâmia, onde podiam ser percebidas a sobriedade, simplicidade e proporção presentes na arquitetura vernacular nacional. O século XIX seria um hiato nesta linha evolutiva da “verdadeira arquitetura”, com suas construções que privilegiavam mais a forma “para turista ver” que a função, numa verdadeira mímese dos padrões europeus. Araújo também contribui neste texto para nos ajudar a compreender a atuação de Costa junto aos órgãos burocráticos ligados ao Estado Novo.

Carlos Ferreira Martins, por sua vez, nos atenta para o fato de que este esquema teórico, que “constituiu a base de uma resposta, ao menos durante um certo período hegemônica, à equação identidade/modernidade, central no quadro político e cultural do Brasil dos anos 20 e 30, assim como, de resto, em praticamente todos os países da América Latina”,⁵⁸ corresponde a um quadro de afinidades eletivas entre Lucio Costa e Le Corbusier, dentre elas esta filiação a uma tradição arquitetônica greco-romana mediterrânea. Este texto mostra-se de grande interesse ao tentar compreender o relacionamento entre a construção de uma trajetória da arquitetura moderna nacional brasileira e um programa de ação internacional do qual um dos principais representantes foi, sem dúvida, Le Corbusier. Além do mais, é a partir da compreensão desta filiação que podemos compreender a noção de uma *arquitetura verdadeira* no pensamento de Costa. Toda construção que não se enquadrasse nessas noções

58 MARTINS, Carlos A. Ferreira. “Lucio Costa e Le Corbusier: afinidades eletivas”. *In Idem, ibidem*, pp. 71-83.

de *saúde e intenção plástica* era então considerada falsa, indigna de ser inventariada enquanto nacional e, desta forma, indigna também de ser preservada.

b) *Relações entre intelectualidade e Estado* – Nossa intenção neste trabalho é investigar não somente como se deu a construção de um campo conceitual relativo à casa brasileira, mas tentar entender também como ele foi implementado pelo poder público do país. Para tanto, faz-se necessário compreender como se davam as relações entre intelectuais e Estado no período que enfocamos, pois o patrocínio estatal foi sumamente importante tanto para garantir a legitimidade de um determinado grupo enquanto produtor de um discurso quanto para a construção de uma identidade cultural nacional.

É interessante a análise de Otilia Arantes, na qual a utopia de Lucio Costa (e dos demais intelectuais modernos), seria uma vinculação ao Estado no intuito de possibilitar a realização dos anseios “sociais e democráticos pelos princípios racionais e funcionalistas modernos”.⁵⁹ Levados pelas “promessas que acompanharam a Revolução de 1930”, muitos destes intelectuais modernos continuaram, paradoxalmente, com o governo autoritário do Estado Novo e, depois, com o estado desenvolvimentista de Kubitschek, embalados pelo surto industrializante. Isto pode nos ajudar a compreender como a cristalização da arquitetura moderna brasileira foi dependente do Estado.

A análise que Sônia Regina de Mendonça faz formação do Estado nacional brasileiro nos é extremamente importante do ponto de vista teórico-

59 ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Op. Cit.* pp. 84-103.

metodológico.⁶⁰ Ela parte de uma concepção gramsciana de Estado, que, junto ao conceito de hegemonia e de cultura, “tornam-se dimensões inseparáveis de um mesmo problema: o dos mecanismos de exercício da dominação de classe e da reprodução social”. Segundo Mendonça, estas noções ganham maior visibilidade nos órgãos dedicados à

“produção, gestão e preservação de bens simbólicos” [...] “desde que desnaturalizados mediante a introdução de um certo viés subjetivista, específico a uma dada vertente da sociologia do conhecimento, a qual, longe de considerar o indivíduo como mero suporte das estruturas sociais, privilegia-o enquanto sujeito, passível de uma apreensão construtivista”.⁶¹

Portanto, este texto demonstra que, para a análise que estamos tentando, torna-se necessário ter em vista uma série de variantes (que serão melhor explorados no tópico relativo aos procedimentos), pois tal “apreensão construtivista” consiste numa análise tanto do “aparelho” quanto dos agentes, cujos esquemas de percepção dependem de um *habitus*, ou seja, de um esquema de percepção que possui uma gênese social.⁶²

Temos ainda a interpretação de Lauro Cavalcanti, para quem “há uma coincidência dos princípios ‘modernos’ com o de correntes intelectuais Ministério da Educação, encarregados de estabelecer os parâmetros artísticos de um Estado que se queria novo e que pretendia ‘fundar’ um país”.⁶³ O “campo arquitetônico” vencedor da disputa entre ‘modernos’ e ‘neocoloniais’

60 MENDONÇA, Sônia Regina de. “Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In CHUVA, Márcia. *A Invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 70

61 *Idem, ibidem*, pp. 73-74.

62 A autora cita BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

63 CAVALCANTI, Lauro. “Encontro moderno: volta futura ao passado”. CHUVA, Márcia. *Op. cit.* p. 46.

passará então a construir os prédios estatais para o Estado Novo, além de ser um produto de exportação – de altíssima qualidade – “associando-se a uma imagem de um Brasil progressista e moderno”.⁶⁴ Este estudo auxilia-nos a “desnaturalizar” opções estéticas consideradas, até então, livres e arbitrárias”, além de possibilitar um relacionamento entre a conquista da hegemonia sobre o discurso arquitetônico por parte de um grupo moderno e a coincidência do projeto deste grupo com um projeto mais amplo de construção de um Estado moderno.

c) *Patrimônio* – além do estudo do relacionamento do Estado com os intelectuais modernos, entre os quais Lucio Costa e Gilberto Freyre despontam como mais significativos representantes, é-nos imprescindível a investigação das formas específicas pelas quais foi forjado o patrimônio histórico artístico e nacional, para entendermos em que exata medida o campo teórico construído por Freyre e Costa atuou na construção, junto ao Estado, de uma noção de identidade nacional.

O livro organizado por José Pessôa, que traz uma coletânea de pareceres elaborados por Lucio Costa no período em que trabalhou no SPHAN,⁶⁵ conta com uma introdução de autoria do mesmo organizador, que nos dá uma visão geral deste serviço de seleção do acervo que representaria a “verdadeira” memória da nação. Os critérios desta seleção se dariam através de uma *linha evolutiva*, onde os conceitos de *saúde* e *intenção plástica* seriam decisivos

64 *Idem, ibidem*, p. 48.

65 PESSÔA, José [org.]. *Op. cit.*

entre o que possuiria *status* de verdadeiro ou falso em termos arquitetônicos e nacionais.

Ana Luiza Nobre concorda que os critérios que Lucio Costa emprestou ao Serviço do Patrimônio passariam por

“uma *continuidade natural* entre a memória do passado, a experiência do presente e a perspectiva do futuro. Vale dizer, o passado seria entendido como uma realidade histórica a prolongar-se naturalmente no presente, e daí para o futuro. Espécie de mediador entre essas instâncias, o ser moderno, apresentado como historicamente necessário, cumpriria o propósito de afirmar a funcionalidade do passado e indicar o conhecimento histórico como condição do nosso devir”.⁶⁶

É interessante notar que, para a autora, Lucio Costa e “seus companheiros de SPHAN” consideram-se “herdeiros e testamentários” da tradição nacional, pois detinham a hegemonia do campo arquitetônico na definição dos critérios do que fosse uma identidade nacional: “São eles – arquitetos, em sua maioria – que recebem e transmitem a herança do passado mediante pareceres-testamentos que têm seus termos pautados, no fundo, pelos mesmos princípios que norteiam sua prática projetual. Motivo pelo qual o passado que constroem é lacunar”.⁶⁷ Estas lacunas dizem respeito à arquitetura neocolonial e eclética, que seriam “mentirosas” e não representariam a arquitetura nacional.

Embora pareça que somente Lucio Costa tenha participado da implementação do discurso hegemônico da identidade nacional que estudaremos mais detalhadamente, o já citado texto de Silvana Rubino nos mostrará como Gilberto Freyre legitimou e subsidiou teoricamente o empreendimento do arquiteto e, mais amplamente, do Estado moderno.

66 NOBRE, Ana Luiza. “Fontes e lacunas: em vista do patrimônio de Lucio Costa. In NOBRE, Ana Luiza et. al. [Orgs.]. *Op, cit.*, p. 12

67 *Idem, Ibidem*, p. 123.

Por fim, extrapolando os limites temáticos enunciados no início deste tópico, devem ser mencionados o já citado livro de Ricardo Benzaquen de Araújo, *Guerra e Paz*, e o também já citado livro de Jessé Sousa, “Uma interpretação alternativa do dilema brasileiro”. Estas duas obras, que freqüentemente utilizaremos quando da análise da obra freyreana, tratam-na de forma original, honesta e metódica, motivo pelo qual merecem nossa especial atenção. Analisaremos com mais vagar o conceito de *hybris* contido na interpretação de Araújo e o de *sadomasoquismo*, proposto por Souza.

1.6. Procedimentos

Nosso trabalho, como já se pôde notar, tem dois objetivos bem definidos. O primeiro é tentar compreender as especificidades do campo conceitual que Gilberto Freyre e Lucio Costa construíram para lidarem com as problemáticas que envolvem a casa, mais especificamente a casa de residência brasileira. O segundo é investigar de que forma este campo teórico tornou-se hegemônico e ditou os parâmetros das discussões a seu respeito, tanto no nível acadêmico quanto institucional e político.

Em relação ao primeiro objetivo, concordamos com a leitura que Maria Lúcia Pallares-Burke faz do “apelo” do historiador da cultura E. P. Thompson por uma história intelectual menos excludente. A intenção da autora, no tocante ao estudo da obra de Freyre, é

“ampliar o quadro de referência para dar relevo a outros encontros que, aparentemente secundários, foram [...] decisivos para o autor original que ele se tornou. [...] Se quisermos compreender como a mente de um autor se relaciona com o mundo, diz ele, não podemos privilegiar somente o seu encontro com grandes idéias e grandes autores. A teia de experiências que muito cedo forma a ‘estrutura’ de seu pensamento e o ‘caráter de sua sensibilidade’ é algo muito complexo, que envolve o entrecruzamento e o choque de experiências pessoais e de tradições culturais de diversas grandezas, aí incluindo obras e autores menos consagrados, que se mostraram, com o tempo, efêmeros e obscuros”.⁶⁸

Esta será uma de nossas preocupações tanto em relação a Gilberto Freyre quanto a Lucio Costa. Contudo, para nossos fins, devemos considerar outros fatores que não só as leituras efetuadas ao longo do processo formativo dos intelectuais. Relações de amizade e de hostilidade, tanto profissional quanto pessoal, inserção profissional e acadêmica, posição socioeconômica, viagens e

68 BURKE, Maria Lúcia. *Op. cit.* p. 84.

demais experiências de vida, tudo isto se torna relevante quando pretendemos estudar o processo de criação teórica de um determinado autor, que diz respeito a forma como ele filtra uma determinada realidade através de seu aparato cultural e a transforma em teoria, no fito de transformar a realidade social. E isto varia tanto em função do *habitus* do teórico quanto dos meios de que ele dispõe para implementar sua teoria. Desta forma, tentaremos fugir de uma interpretação reducionista, como as que freqüentemente vemos julgar a obra de um autor somente em função de sua posição social.

Já apontamos anteriormente que o texto de Sônia Regina de Mendonça é para nós um importante referencial teórico-metodológico. Isto se dá em função de considerarmos sumamente importante uma ancoragem na análise teórica que esta autora faz da formação do Estado nacional brasileiro – sobretudo no âmbito dos órgãos responsáveis por gerir e gerar patrimônio cultural da nação – tanto para o nosso primeiro quanto segundo objetivos. Mendonça mostra que os conceitos gramscianos de Estado, cultura e hegemonia podem ser perfeitamente aplicados ao caso brasileiro – uma vez que corremos sempre o risco não captar ou captar erroneamente determinada realidade a partir de um aparato conceitual criado numa conjunção espaço-temporal diversa –, “sobretudo se entrecruzada com determinados procedimentos de uma dada sociologia do conhecimento, de extração francesa contemporânea”.⁶⁹ É fundamental que tenhamos um eficaz arcabouço teórico-metodológico acerca do Estado brasileiro, pois foi na burocracia estatal que o discurso de uma

69 MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. cit.*, p. 68.

identidade nacional, manifesta na casa, deitou raízes e deu frutos de sabor duvidoso.

Mendonça reconhece dois aspectos no processo de constituição do Estado brasileiro no século passado. O primeiro seria a “hipertrofia do Estado”, com a multiplicação de agências e órgãos governamentais “com atribuições estendidas aos mais variados domínios do social”.⁷⁰ O segundo seria uma “exacerbada centralidade do poder”, que teria o intuito de mitigar os poderes regionais e construir uma “visão socialmente homogeneizadora [...] do que fosse o nacional”.⁷¹ Contudo, tal controle estatal não poderia ser completo, e os diversos grupos sociais passariam a ter seus embates políticos no nível burocrático, ou como diz a autora, passaria a existir um “conflito de aparelhos”.⁷² É neste cenário que podemos compreender melhor o papel do SPHAN, onde os conceitos de hegemonia, cultura, poder e Estado se tornariam mais visíveis, pois que se trata de um órgão destinado à produção, gestão e preservação de bens simbólicos.

Para Mendonça, faz-se necessário que aqueles conceitos sejam apreendidos a partir de um viés “construtivista”. Isso equivale dizer que se devem visar tanto os agentes no condicionamento de suas práticas quanto uma visão específica de história – ou seja, “simultaneamente considerada como história reificada – materializada em objetos, signos ou emblemas – e história incorporada, ou seja, aquela que, por introjeções pretéritas de ordem escolar,

⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 71.

⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 71-72.

⁷² *Idem, ibidem*, p. 73.

familiar etc, os agentes sociais traduzem em suas práticas, ainda que na qualidade de sujeitos de uma nova”.⁷³ Ainda segundo a autora, este viés implica reconhecer tanto a gênese social de um *habitus* – que ela define como “como um sistema de esquemas de percepção e apreciação, adquirido através de uma experiência duradoura em certa posição social”⁷⁴ – quanto de uma gênese social das próprias estruturas sociais.

Um exemplo do que acima foi exposto é de que um intelectual, seja de que extração social for, quando investido de autoridade discursiva conferida pelo cargo que ocupa numa agência de gestão de bens culturais, se vê dotado de uma solidariedade diversa daquela conferida pelo *habitus* original, proveniente do próprio aparelho. Ele passa agora a falar com uma voz oficial, não obstante tenha imprimido traços subjetivos neste discurso. Portanto, além de investigar este *habitus* dos intelectuais cujas obras analisamos neste trabalho, devemos estar atentos a sua inserção profissional e à “lógica do aparelho”.

Em relação às fontes, utilizaremos basicamente as obras de Gilberto Freyre e Lucio Costa, escritas e publicadas no período estudado e relativas à temática abordada.

De Gilberto Freyre, utilizaremos o livro *Casa-Grande & Senzala*, publicado primeiramente em 1933 e depois em 1936, juntamente com *Sobrados & Mucambos*, que também será analisado. O livro publicado pelo SPHAN em 1937, intitulado *Mucambos do Nordeste*, também é importante

⁷³ *Idem, ibidem*, p. 74.

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 76.

para nosso trabalho. De Lucio Costa serão utilizados os dois textos que publicou neste período acerca do assunto: *Razões da nova Arquitetura*, de 1934 e *Documentação necessária*, de 1937.

Além da análise das idéias contidas nestas obras, deve-se atentar para os “bastidores” destas publicações. É, por exemplo, muito significativo que *Mucambos do Nordeste* tenha sido incentivado por Rodrigo Melo Franco de Andrade (o primeiro e mais significativo diretor geral do SPHAN) e publicado pelo órgão que então dirigia. No mesmo ano foi publicado o texto *Documentação necessária*, na *Revista do SPHAN*, contendo inclusive referências ao Mestre de Apipucos.

No que tange aos contatos, amizades, viagens e outros fatos, significativos do ponto de vista de nossa abordagem, relativos à vida de Gilberto Freyre e Lucio Costa, optamos por nos basearmos somente na bibliografia que trata destes aspectos, pois uma pesquisa de tal porte, ancorada em documentação original, podendo se tratar de cartas, documentos oficiais ou não, fotos etc, por certo extrapolaria os objetivos de uma monografia.

2. GILBERTO FREYRE E A CASA BRASILEIRA

Neste capítulo, como já foi antecipado, iremos analisar, de maneira mais aprofundada, a casa brasileira no pensamento de Gilberto Freyre. Faremos isto executando uma leitura atenta das obras que nos servirão de fonte para este capítulo.

Seria interessante que deixássemos antes bem claro o que significa a *leitura atenta* acima referida. Já nos chamou a atenção Hermano Vianna para o fato de que a “leitura apressada, tendenciosa ou burra de *Casa-Grande & Senzala*” gerou opiniões que, “além de mal-intencionadas [...] podem ser chamadas de mentirosas”.⁷⁵ Portanto, tentaremos utilizar os escritos de Freyre da maneira mais honesta possível, e não “interrompendo abruptamente” citações “no meio do raciocínio”, de modo a construir uma visão tendenciosa da obra do autor, como foi denunciado por João César de Castro Rocha em relação a um dos representantes da escola sociológica uspiana, que muitos contrapõem a uma corrente “freyreana”.⁷⁶

A leitura que aqui faremos se assemelha a uma análise hermenêutica. Ela se dará a partir da reprodução dos trechos que consideramos mais significativos para nossa abordagem, seguindo-se dos comentários que,

75 VIANNA, Hermano. “A meta mitológica da democracia racial”. In *O Imperador das idéias*. Op. cit. pp. 216-217.

76 A respeito da primeira afirmação, cf. ROCHA, João César de Castro. “Notas para uma futura pesquisa: Gilberto Freyre e a escola paulista”. In *O Imperador das idéias*. Op. cit., pp. 189-190. Sobre

baseados nos critérios já expostos na introdução deste trabalho, tentarão analisar o significado da casa brasileira na obra de Freyre. Daremos especial atenção ao modo pelo qual os principais aspectos dos trechos selecionados têm sido tratados pela bibliografia especializada.

Iremos nos preocupar neste capítulo com o destaque dos pontos que, como poderemos compreender melhor mais adiante, contribuíram para a definição de um campo teórico passível de apropriação pelo poder público. Não nos preocuparemos com questões como a discussão das leituras que influenciaram Freyre a propor uma visão revolucionária sobre o local em que se daria a formação da nação (tornando-se a casa um objeto privilegiado, na qual uma análise “micro-sociológica” tomaria o lugar das análises precedentes que conferiam à “nação” um lugar muito mais abstrato que a concretude da casa), tema certamente importante para um trabalho que se concentrasse na obra deste intelectual. Tampouco iremos nos propor a verificar a validade do pensamento freyreano, o que não interessa diretamente ao tipo de análise que pretendemos levar a cabo.

o confronto USP x Gilberto Freyre, o mesmo livro apresenta uma parte, com vários textos (contendo opiniões bem diversas e, por conseguinte, um rico debate) sobre o tema.

2.1. *Casa-Grande & Senzala*

No caso específico de *Casa-Grande & Senzala*, analisaremos duas passagens do “Prefácio à primeira edição” que parecem sintetizar o tipo de casa aristocrática e rural que caracterizou os primeiros tempos da colonização portuguesa nos trópicos e a formação de um tipo social, de uma “raça” *sui generis*: o brasileiro.

O primeiro destes trechos, no qual podemos encontrar menções de Gilberto Freyre ao tipo específico de habitação que aqui se construiu com a colonização, nos possibilitará encontrar uma série de conceitos-chave para a compreensão do seu pensamento:

“O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, *representado* pela casa-grande, foi um sistema de *plástica-contemporização* entre as duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da *raça* adiantada à atrasada, uma imposição de formas européias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e ambiente. A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil – grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou de telha vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos num máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais –, não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. Desde esse momento que o português, guardando embora aquela saudade do reino que Capistrano de Abreu chamou de ‘transoceanismo’, tornou-se luso-brasileiro; o fundador de uma ordem econômica e social; o criador de um novo tipo de habitação. Basta comparar-se a planta de uma casa-grande brasileira do século XV para sentir-se a diferença enorme entre o português do reino e o português do Brasil. *Distanciando o brasileiro do reinol por um século apenas de vida patriarcal e de atividade agrária nos trópicos já é quase outra raça, exprimindo-se noutro tipo de casa.* Como diz Spengler – para quem o tipo de habitação apresenta valor histórico social superior ao da raça –, à energia do sangue que imprime traços idênticos através da sucessão dos séculos deve-se acrescentar a força ‘cósmica, misteriosa, que enlaça num mesmo ritmo os que convivem estreitamente unidos’. Esta força, na formação brasileira, agiu do alto das casas-grandes, que

foram centros de coesão patriarcal e religiosa: os pontos de apoio para a organização nacional [grifos nossos]”.⁷⁷

Este extenso trecho, contido no “Prefácio à primeira edição”, nos fornece uma visão ainda não completa, mas já bastante ampla do significado da casa no pensamento freyreano. Na primeira frase, vemos que a casa-grande *representa* o sistema patriarcal, monocultor, escravista e latifundiário da colonização portuguesa nos trópicos. Podemos entender melhor esta passagem se pensarmos num traço que podemos considerar como constituinte da habitação. Embora a casa tenha passado, ao longo dos séculos, por mudanças de funções – como a progressiva separação entre local de trabalho e de descanso⁷⁸ –, mudanças também determinadas pelos mais diversos fatores, dentre os principais os sistemas produtivos, sociais e culturais, além da dependência das possibilidades materiais, podemos dizer que há um traço que parece ser mesmo essencial, ao menos um desejo essencial: o de suprir, manter ou melhorar a sobrevivência, trazendo para perto de si e abrigando em sua casa – o que também a molda – todos meios e objetos necessários para tanto. Ora, o português que veio colonizar os trópicos teve à sua disposição todo um sistema econômico, social e cultural que garantisse esse tipo especial de sobrevivência. O complexo *casa-grande & senzala* teve as proporções e moldes necessários para abrigar os meios que garantissem uma sobrevivência ainda mais ambiciosa: a do império português. Vemos, portanto, que tal complexo representa o “sistema patriarcal de colonização portuguesa no

77 FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, 1954, pp. 23-24.

78 Cf. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Op. cit.*

Brasil” por ser, a bem da verdade, uma instância constituinte dele, sem o qual sua sobrevivência seria impossível.

O próximo passo será entender como se constituiu este sistema, o que equivale a dizer: como se constituiu esta casa específica. No trecho que ora analisamos, Freyre utiliza dois termos fundamentais para o entendimento de seu pensamento: trata-se da *plástica-contemporização*, que se dá entre duas *raças*. Analisemos melhor estas duas noções.

O português teria, segundo Freyre, uma predisposição “para a colonização híbrida e escravocrata nos trópicos”, explicada, em grande parte, pelo “seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África”.⁷⁹ Ele foi para Freyre, sem dúvida, o principal elemento do processo sincrético de colonização que se deu por aqui.

Os séculos de contato com os mouros teriam criado no português uma *miscibilidade*, ou seja, uma propensão ao intercuro sexual com “mulheres de cor”, fundamental para o povoamento nas colônias. No “ambiente voluptuoso das casas-grandes, cheias de crias, negrinhas, mulecas, mucamas”,⁸⁰ o português foi povoando “gostosamente” a colônia tropical. Desde menino, o aristocrata português teria, nos muitos e variados cômodos da casa-grande, assim como nos canaviais, nas casas de purgar, nas próprias senzalas, uma fartura de mulheres escravas com quem saciar seu grande apetite sexual, a ponto de criar, em função desta luxuriosa criação, uma predileção pela mulher

79 FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, 1954, p. 96.

80 *Idem, ibidem*, p. 541.

de cor (exemplo disto é a idealização da “moura encantada”, narrada por Freyre no primeiro capítulo da obra que ora enfocamos⁸¹).

A respeito desta proximidade entre portugueses e escravos, após por muito tempo se ter dito erroneamente que, baseado numa idéia de democracia racial, Freyre teria criado uma imagem de uma sociedade “idílica”, onde negros e brancos teriam se confraternizado sexualmente – afirmação que pode ser facilmente desbancada pela simples citação de inúmeros trechos de *Casa-Grande & Senzala*, onde se mostra a extrema crueldade do trato dos senhores em relação a sua escravaria (o que inclusive foi feito no já referido texto de Hermano Viana) – podemos dizer que hoje este debate se concentra principalmente nas proposições de Ricardo Benzaquen de Araújo e Jessé Souza. É interessante que conheçamos estes argumentos para ampliarmos o entendimento das relações entre dominantes e dominados que se deram no âmbito da casa-grande e da senzala.

Sem nos estendermos muito neste ponto, uma vez que não é ele o foco central de nosso trabalho, podemos dizer, em relação a Araújo, que tal proximidade é explicada a partir do conceito de *hybris*, ou excesso. Para compreender como se deu esta relação específica entre senhor e escravo na colônia portuguesa, Araújo esboça um quadro comparativo com a escravidão grega. Nesta, a vida do escravo estaria totalmente condicionada ao despotismo do *pater familias*, sem que, portanto, houvesse proximidade entre ambos. A proximidade entre senhor e escravo, no Brasil colonial, se daria em função de

81 *Idem, ibidem*, p. 103.

um componente cristão. A ambígua forma em que tal proximidade ocorreria, ou seja, proximidade com crueldade, atestaria a principal forma dos *excessos*, ou seja, antagonismos em equilíbrio, que caracterizaram a colonização portuguesa.

Embora concorde com Araújo em outros aspectos, Souza discorda precisamente deste ponto, em que a *hybris* é a principal categoria explicativa. Para o último, tal categoria seria, na verdade, uma “*pseudo-explicação*”,⁸² pois repetiria e manteria aquilo que Araújo critica em Freyre: a imprecisão e ambigüidade. Segundo Souza, “o argumento do autor nesse ponto particular, que sem dúvida se refere a um ponto real e importante da reflexão freyreana, termina por se congelar na proposição de uma ‘hybris’, que por ser mero ‘excesso’ [...] pode ser tudo e nada ao mesmo tempo”.⁸³ A esta *hybris*, Souza contrapõe a noção de *sado-masoquismo*, que se apresenta como um conteúdo, na verdade, latente na obra de Freyre.⁸⁴ Apoiado num poder pessoal ilimitado, o sadismo seria a forma de subordinação pela qual o senhor de engenho levaria a cabo sua empresa colonizadora.

Voltando à *plasticidade* do português, outro aspecto importante que, assim como a miscibilidade acima analisada, pode ser encontrado na casa-grande e que, da mesma forma, teria sido de fundamental importância para a colonização dos trópicos, é a sua *aclimatabilidade*. O clima quente de algumas localidades portuguesas e o contato com os povos da África teria dado ao

82 SOUZA, Jessé. *Op. cit.* p. 20.

83 *Idem, ibidem.*

84 Cf. o outro texto de Souza referente a quase o mesmo tema: SOUZA, Jessé. “A atualidade de Gilberto Freyre. In KOSMINSKY, Ethel Volfzon et al. [Orgs.]. *Op. cit.*, pp. 65-81.

português certas vantagens ante outros povos colonizadores. A arquitetura “brasileirinha da silva” da casa-grande luso-brasileira, na qual se podia encontrar extensos beirais para proteger as grossas paredes do sol e da chuva,⁸⁵ além das frescas varandas (influência moura), atestariam a capacidade do português de se adaptar ao clima tropical, em função das experiências e influências anteriores, o que teria sido um grande aliado na dominação da terra e dos homens na colônia.

Outro importante trecho, dentro daquele que primeiramente apresentamos, e que nos levará à problemática racial na obra de Gilberto Freyre, é aquele onde o autor afirma que “distanciando o brasileiro do reinol por um século apenas de vida patriarcal e de atividade agrária nos trópicos já é quase outra raça, exprimindo-se noutro tipo de casa”. Podemos compreender melhor esta passagem se lançarmos mão, mais uma vez, da interpretação proposta por Araújo, agora em relação a esta problemática específica. Para este autor, Freyre se apóia numa concepção fundamentalmente *neolamarckiana* de raça, que consistiria no seguinte:

“Na verdade, em vez de [a noção de meio ambiente] ser percebida como um terceiro elemento isolado, que poderia unicamente se somar aos anteriores, esta noção deve ser compreendida como uma espécie de intermediária entre os conceitos de raça e de cultura, relativizando-os, modificando o seu sentido mais freqüente e tornando-os relativamente compatíveis entre si. Isto só é possível porque Gilberto trabalha com uma definição fundamentalmente neolamarckiana de raça, isto é, uma definição que, baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua – variada, discreta e localizada

85 Lucio Costa discorda de Freyre neste detalhe arquitetônico, pois considerava que esta técnica era eficaz somente contra a chuva, demonstrando isso através de desenhos em seu *Documentação necessária*. COSTA, Lucio. “Documentação necessária”, *In Arquitetura civil II*. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

– interação com o meio físico, dando origem ao que William I. Thomas [...] denominava de ‘raças artificiais ou históricas, [cuja formação se dá] por intermédio da influência do milieu e da difusão de um fundo comum de crenças, sentimentos, idéias e interesses entre um população heterogênea e trazida pela sorte e pelo acaso a uma mesma zona geográfica’.⁸⁶

Gilberto Freyre passa então a operar uma diferenciação entre *raça* e *cultura*. Uma vez ligada à idéia de uma influência *mesológica*, *raça* diria respeito, portanto, a uma série de caracteres culturais, adquiridos em contato com o meio, que seriam transmitidas às gerações posteriores. Desta forma, em contato com o sangue e a cultura de negros e índios, os netos dos portugueses já teriam adquirido características totalmente adaptadas ao meio tropical, ou seja, já se teria *formado* uma *raça* brasileira. O negro e o índio teriam contribuído, assim, para a *formação* de uma identidade nacional que se expressaria numa nova *raça*: a do *mestiço*. A esta *raça* corresponderia um tipo novo de casa, adaptado ao clima e às necessidades culturais e de sobrevivência nos trópicos, criada para dar conta de todo um sistema social, cultural, político, econômico, religioso, familiar, sexual etc: a casa-grande, complementada pela senzala.

Fica claro, portanto, qual o sentido da *formação brasileira* proposta por Gilberto Freyre. Seria a partir do regime patriarcal, escravocrata e monocultor, abrigado pelas casas-grandes, que se daria a gênese do brasileiro. Desta forma, a casa e as relações sociais por ela abrigadas serão o objeto privilegiado dentro da narrativa freyreana. Falta, contudo, analisar o olhar que Freyre dirige à casa-grande no intuito de tecer sua interpretação daquela formação. Uma outra

86 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Op. cit.*, pp. 39-40.

passagem do “Prefácio à primeira edição” pode nos elucidar um pouco mais a este respeito:

“A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala. O estudo da história íntima de um povo tem alguma coisa de introspecção proustiana; os Gouncourt já o chamavam ‘ce roman vrai’. O arquiteto Lucio Costa, diante das casas velhas de Sabará, São João Del Rei, Ouro Preto, Mariana, das velhas casas-grandes de Minas, foi a impressão que teve: ‘A gente como que se encontra... e se lembra de cousas que a gente nunca soube, mas que estavam dentro de nós; não sei – Proust devia explicar isso direito’.

Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter do brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo da sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos [grifos nossos]”⁸⁷

Freyre deixa claro, nesta passagem, que pretende estudar o caráter de um povo, o brasileiro. Devemos notar que este povo, não limitado a um único estrato social ou a uma raça “pura”, adquire um caráter bastante abrangente na acepção freyreana. Contudo, Freyre escreve, no começo deste trecho, que a história social da casa-grande é a história íntima de *quase* todo brasileiro. A este respeito, Pedro Puntoni propõe, em texto já apresentado na introdução desta monografia, uma interpretação da qual não discordamos, mas que, ao nosso ver, deve ser num ponto questionada, a fim de elucidarmos o mais provável significado da aludida passagem. De acordo com Puntoni, Freyre

“confunde nesta passagem dois caminhos distintos: a busca das reminiscências pessoais e a

87 C.G.&S. p. 36.

formulação de uma narrativa que supõe uma memória coletiva. Percebe-se, então, um claro movimento de projeção da experiência pessoal que é, ao mesmo tempo, de uma determinada situação social: de ‘sua vida de menino’, mas menino da casa-grande, isto é, ‘de quase todo brasileiro’.⁸⁸

Desta forma, o “caráter brasileiro” seria a experiência pessoal e ao mesmo tempo coletiva das elites brasileiras (das quais o autor fez parte) estendidas ao “ser brasileiro”. Partindo de uma “introspecção individual”, Freyre se esforçaria em formular uma memória nacional, ou como prefere o autor, uma “ideologia da identidade nacional”.⁸⁹ “Trocando em miúdos”, Puntoni deseja reduzir a interpretação freyreana à construção de uma ideologia da identidade nacional, que estaria comprometida pela sua *posição social específica* (alvo fácil da avidez crítica), que impediria, por exemplo, nosso autor pernambucano de enxergar a realidade brasileira “da varanda de sua casa-grande”.

Embora análises deste tipo sejam bastante plausíveis (pois, de fato, nada substitui a vivência de uma determinada realidade quando se deseja transpô-la para o mundo da produção intelectual), mesmo que isto implique na diminuição da perspicácia de um indivíduo em relação à percepção de variadas realidades sociais, cremos que tal afirmação é, na verdade, condicionada a uma variável. Afinal, aquele *quase* pode se referir a dois tipos de restrições: a primeira é a que logo foi captada por Puntoni, ou seja, a experiência que se deu no ambiente da casa-grande é uma experiência de classe, da aristocracia escravista, patriarcal e monocultora. Contudo, a noção de *brasileiro* iria passar

88 PUNTONI, Pedro. *Op. cit.*, p. 77.

89 *Idem, ibidem.*

a abranger, já no tempo presente de Freyre, dois tipos distintos: aquele primeiro estudado pelo autor, cuja síntese teria se dado no período colonial, e um outro, de sangue europeu, introduzido no Brasil com as levas de imigrantes que vieram suprir o espaço deixado pela mão-de-obra escrava. O complexo encabeçado pela casa-grande abriga uma rede de relações inter-pessoais que inclui os escravos, além de um grande número de agregados, dependentes do patriarca. Assim, o *quase* pode estar se referindo a uma separação entre os *brasileiros mestiços* e um grande número de *brasileiros imigrados* e seus descendentes, e não operando um corte entre senhores e escravos. A experiência a que se refere Freyre pode ser, portanto (o que também é bastante plausível, se levado em conta o teor que temos apresentado da formulação freyreana), interpretada como a experiência de todo brasileiro *mestiço*, daí o *quase todo*, pois não incluem os imigrantes europeus e seus descendentes que atuaram, do ponto de vista da formação nacional proposta por Freyre, no sentido de *reeuropeizar* o Brasil, e que, de fato, não experimentaram a vida em torno das casas-grandes.

No que tange à “introspecção proustiana” e ao “romance verdadeiro” aludidos por Freyre, que serviriam à busca do “tempo perdido”, também podemos traçar uma interpretação alternativa à de Puntoni. Para este, tal busca

“é tentativa de estruturar sua própria psique num mundo que se desagrega – porque o tempo foge irreparável (fugit irreparabile tempus) – torna-se a busca de um espírito nacional, que se define não pelo que permite o reconhecimento da história pessoal, mas pela sensação de pertencimento a uma comunidade imaginada”.

Mais uma vez, temos a impressão de que falta a este autor uma

compreensão mais completa do argumento freyreano, que se desenrola em *Sobrados e Mucambos* e *Mucambos do Nordeste*. Estas obras, sobretudo a primeira, se dedica a analisar a decadência da sociedade patriarcal rural – sociedade cuja gênese foi objeto de *Casa-Grande & Senzala* –, com a crescente invasão de valores que, juntamente com as mercadorias européias, chegaram ao Brasil “de navio”. Portanto, o período que, para Freyre, formou um ser específico, adaptado ao meio tropical e cultural criado pela exploração monocultora nas colônias portuguesas, foi um período que, desde a invasão de valores *modernos* e *capitalistas* europeus, se desintegrou e deu lugar a outro, onde a principal forma de sociabilidade seria aquela ditada pela cidade, e o mando passaria, cada vez mais, do patriarca para o Estado. Portanto, seria mais cabível pensar que a busca do tempo perdido freyreano fosse a tentativa de compreender uma configuração social que dava lugar a outra, mas que, por apresentar continuidades essenciais para a compreensão do Brasil de sua época (e talvez para tentar decifrar o verdadeiro sentido que uma modernização do país devesse tomar), deveria ser estudada da forma mais apropriada. O método introspectivo proustiano e uma densa pesquisa da vida cotidiana nas casas-grandes seriam métodos investigativos da cultura colonial brasileira que Freyre considerou mais propícios para tal pesquisa. O que nos parece é uma tentativa de se ligar, a qualquer custo, a obra de Freyre aos demais intelectuais de sua época, o que, conforme pretendemos demonstrar adiante, se deu por outros caminhos.

Para uma compreensão correta do que apresentamos no parágrafo anterior, faz-se necessário que passemos agora ao tipo de casa pesquisado em *Sobrados & Mucambos*.

2.2. *Sobrados e Mocambos*

Como foi rapidamente acima referido, o Brasil estudado por Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos* situa-se num período em que uma série de “alterações modernizantes”, de cunho europeu, são introduzidas no país, dentre elas a

“diminuição da importância da escravidão; aumento da soberania monárquica e restrição do poder dos senhores de engenho; enfraquecimento do patriarcalismo e surgimento de uma nova família montada em bases individualistas e românticas; ampliação da influência européia, dotada de caráter excludente e estetizante; e privilégio da formação retórica na ascensão tanto ou quanto externa à vida nos mocambos”.⁹⁰

A estas mudanças devemos ainda acrescentar a “ascensão da cultura citadina no Brasil. Esse processo, que a vinda da família real portuguesa ao Brasil veio consolidar já estava prenunciado na descoberta das minas, na presença de algumas cidades coloniais de expressão, na necessidade de maior vigilância sobre a riqueza recém descoberta e no maior controle, a partir de então, sobre o familismo e mandonismo privado”.⁹¹

Assim como a casa-grande, completada pela senzala, *representava e exprimia* o sistema escravista, patriarcal e monocultor colonial, um novo tipo de habitação representará uma sociedade que passava então por mudanças fundamentais. Tal habitação será representada pelo *sobrado*, sendo agora separada de seu outro pólo: o *mocambo*.

Analisemos esta passagem, contida em *Sobrados e Mocambos*⁹²:

90 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Op. cit.*, p. 153.

91 SOUZA, Jessé. *Op. cit.*, p. 235.

92 Trabalhamos aqui com a seguinte edição: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 6ª ed. – Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Câmara dos Deputados; Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.

“A casa-grande, sob a forma de ‘casa-nobre’ de cidade ou de sobrado antes senhoril que burguês, em contato com a rua, com as outras casas, com a matriz, com o mercado, foi diminuindo aos poucos de volume e de complexidade social. As senzalas tornando-se menores que nas casas de engenho: tornando-se ‘quarto para criados’. Ou ‘dependências’”.⁹³

Para a melhor compreensão deste trecho, devemos antes saber que Freyre passa a utilizar uma acepção mais ampla de casa-grande. Pode-se falar dela “não só como o centro de um sistema rural de economia e de família mas como um tipo de habitação patriarcal que existiu, modificado, nas imediações das cidades (chácaras, casas de sítio, casas assobradadas) ou mesmo dentro delas e à beira do mar (sobrado)”.⁹⁴ O que ocorre é que a casa-grande é agora transplantada para um ambiente urbano. A residência aristocrática tentaria conservar sua autarquia dentro das cidades, guardando, para tanto, uma necessária distância da rua: “o sobrado conservou quanto pôde, nas cidades, a função da casa-grande do interior, de guardar mulheres e valores”.⁹⁵ Em função disto, os muros dessas casas eram repletos de cacos de vidro e urupemas – úteis tanto quanto contra ladrões ou “raptos de mulheres” –, suas paredes eram grossas, seus interiores escuros e úmidos, seu aspecto fechado para o exterior, com as janelas das varandas permanecendo em geral fechadas.

Este conflito entre *casa* e *rua* exprime a luta do patriarca para manter seu tradicional mando ante uma sociedade onde poder estatal vai aumentando cada vez mais. Contudo, este poder agora passa a ser exercido no âmbito restrito da casa, ou seja, ele passa a ser limitado ao espaço particular (que antes se estendia de maneira quase irrefreada), sendo o espaço externo à casa

93 *Idem, ibidem*, p. 152.

94 *Idem, ibidem*, p. 187.

95 *Idem, ibidem*, p. 154.

dominado cada vez mais por órgãos públicos e valores cada vez mais abstratos.

A este respeito, Rogério Proença Leite se expressa da seguinte forma: “para Freyre, teria se processado no Brasil uma predominância da casa sobre a rua, exatamente como modo de assegurar vínculos de solidariedade social”,⁹⁶ e, mais à frente, completa a afirmação escrevendo que “o sobrado vai perdendo parte do seu sentido de ‘fortaleza sociológica’, cujas portas são ‘abertas’, fazendo emergir parte das tensões entre a casa e a rua, quando se iniciam as reformas urbanas e sanitárias do início do século vinte”.⁹⁷ cremos, contudo, que o verdadeiro sentido da dicotomia entre casa e rua, conforme proposto por Gilberto Freyre, não é devidamente captado por Leite, pois, do contrário, teria ele percebido que, já ao entrar no campo de batalha (a cidade), a casa-grande é ferida de morte. Quando o único representante da alteridade eram as matas e seus bichos⁹⁸, o complexo casa-grande e senzala reinava soberano. Bastou sua transferência e adaptação frente às vias públicas para a fragmentação de todo um sistema. Jessé Souza parece corroborar esta idéia ao afirmar que “a passagem do sistema casa grande e senzala para o sistema sobrado e mocambo fragmenta, estilhaça em mil pedaços, uma unidade antes orgânica, antagonismos em equilíbrio, como prefere Gilberto [Freyre]”.⁹⁹

Tentemos desenvolver melhor este argumento, apontando os aspectos

96 LEITE, Rogério Proença. *Op. cit.*, p. 255.

97 *Idem, ibidem*, p. 258.

98 Tema tratado também de forma genial por Gilberto Freyre em *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 3ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

99 SOUZA, Jessé. *Op. cit.*, 2000, p. 237.

modificados por esta ruptura. Um primeiro ponto que salta aos olhos é a drástica diminuição da complementaridade entre os pólos sociais. Se antes o despotismo do patriarca implicava uma proximidade, e, por conseguinte, uma síntese entre valores culturais, o que impera nas cidades é o descaso e a segregação espacial. A população de negros e mestiços pobres ficarão cada vez mais distanciadas das casas nobres, ficando clara uma divisão entre centros aristocráticos, onde os sobrados se justapõem próximos a igrejas, praças e prédios governamentais, e redutos insalubres onde se apinham os mocambos. Para Ricardo Benzaquen de Araújo, “os sobrados, quanto menos patriarcais, mais *excludentes* iriam se tornar, conformando então um tipo bem mais convencional de dominação aristocrática, fundada na diferença mas também, e sobretudo, no afastamento”.¹⁰⁰

Ocupando o lugar dos valores aristocráticos forjados num espaço de proximidade entre negros e brancos, que agora perdem sua razão de ser, assumirão o posto os ideais “modernos” europeus, que atuarão no sentido de uma “*reeuropeização*” do Brasil. Tais valores se assentam, sobretudo, em idéias de cunho individualista e estetizante, e coincidem com o advento, no Brasil, do “mercado” e do “aparelho estatal autônomo”.¹⁰¹

A família poligâmica da casa-grande é também substituída por outra, mais “romântica” e monogâmica. Mesmo com o mando do patriarca se reduzindo ao âmbito desta família (tendo ele que recorrer ao domínio público no intuito

100 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Op. cit.*, p. 133.

101 SOUZA, Jessé. *Op. cit.*, 2000, p. 239.

de ampliá-lo), a influência européia o vem desafiar também neste ponto, sobretudo em função da introdução, em nosso país, de “um elemento burguês democratizante por excelência: *o conhecimento e, com ele, a valorização do talento individual*, que tanto o novo mercado por artífices especializados, como as novas funções estatais exigiam”.¹⁰² Com isso, o saber tradicional é desvalorizado por outro, mais útil à sociedade “moderna”, tecnicista, cientificista e academicista. Os filhos, detentores desses saberes (os bacharéis formados na Europa) passam a desafiar os pais, amparados pelo poder com que o Estado e o capital agora os fornecem. Por outro lado, o elemento médio, representado pelo mestiço, passa a ter condições de ascender socialmente pela detenção deste conhecimento técnico ou mesmo, ainda que mais raramente, acadêmico.

Outro ponto que atesta o declínio da casa-grande ante a rua foi a piora nas condições de vida, não só dos negros livres e de muitos mestiços pobres da cidade (“o nível de vida baixou, a comida ficou pior e a casa também. O abandono os fez então perigosos, criminosos, ‘capoeiras’¹⁰³), mas também dos aristocratas, cujas casas, pela necessidade de se defenderem da rua, acabaram também se fechando ao sol e à ventilação, as alcovas onde se trancafiavam as donzelas mostravam-se fechadas, escuras, exalando os piores odores humanos e expelindo nojentos bichos de suas frestas. Além disso, o gosto pelas cores do período colonial, especialmente pelo “encarnado”, foi dando lugar ao

102 *Idem, ibidem*, p. 240.

103 *Idem, ibidem*, p. 238.

acinzentado europeu, à rigidez geométrica dos jardins, que agora estavam repletos de tudo quanto é flor e árvore, menos as nativas da terra – a estetização a qual nos referíamos há pouco.

Além da arquitetura, que no XIX vai tomando emprestado modismos, nada ecológicos e mesmo insalubres para nosso clima, advindos dos países industrializados europeus, outros hábitos vão sendo imitados, neste período, com muito mau gosto e de forma artificial (o que não quer dizer que todas as transformações acima referidas sejam somente “para inglês ver”; muito pelo contrário: elas representam uma verdadeira revolução na “*configuração valorativa da sociedade como um todo*”¹⁰⁴). Um exemplo disto são as vestimentas, de várias camadas de grossos e sufocantes tecidos tanto para as mulheres (que provavelmente mais sofriam) quanto para os homens.

Em síntese, interpretamos que Freyre deseja, por intermédio do sobrado e do mocambo, apresentar a forma pela qual se deu a ruptura, com a introdução de valores capitalistas e individualistas europeus, ou melhor, com uma *reconquista* europeia dos trópicos, daquela sociedade que vinha se demonstrando extraordinariamente criativa no que diz respeito a produção de valores tropicais, de um modo de vida ecologicamente adaptado à vida nos trópicos. A própria habitação que serve como instrumento através do qual se consegue atingir a sociedade brasileira do século XIX vai mostrando sua inadaptabilidade ao meio urbano e aos valores europeus, além da extrema dificuldade em conviver com a rua. Tal situação é levada a extremos com a

104 *Idem, ibidem*, p. 246.

implantação dos “modernos” espaços simétricos e planejados, limpos e puros, ordenados e vigiados, que são abertos para abrigar a nova elite burocrática e capitalista e que acabam por relegar os sobrados a áreas desvalorizadas e de salubridade insatisfatória aos novos padrões, até que se tornem os “cortiços”, habitados por pessoas excluídas desses novos espaços modernamente ordenados.

O elo de ligação com o “tempo perdido” seria, por fim, o mocambo, cuja análise é deixada para outra obra, fundamental para que compreendamos a proposta desta monografia: *Mucambos do Nordeste*.

2.3. *Mucambos do Nordeste.*

Este livro, relegado pela crítica a um segundo plano dentro da obra de Gilberto Freyre, parece-nos, na verdade, fundamental para que compreendamos o fio argumentativo deste intelectual, que não se esgotou em *Casa-Grande & Senzala* e nem em *Sobrados e Mucambos*. Talvez o primeiro crítico que tenha compreendido este fato seja Ricardo Benzaquen de Araújo, que estuda, toda a obra freyreana da década de 1930 e chega a novas conclusões. O que pretendemos é ampliá-las um pouco, levando em conta o contexto em que *Mucambos do Nordeste* foi escrito.

Analisemos o seguinte trecho, onde podemos identificar, em função da harmonia com o meio ambiente,

“a superioridade do mocambo sobre a casa de pedra e cal, tantas vezes má e até péssima pelas condições de aeração e insolação. No mocambo como na choupana em geral, a iluminação e a ventilação [...] fazem-se por ‘aberturas vastas no frontão e realizam-se de modo muito mais perfeito do que seria lícito esperar se se fizessem através de janelas, mesmo as mais largas possíveis”.¹⁰⁵

Além disso, “o mocambo é a casa pobre de família romântica: homem, mulher, filhos. A mulher nem sempre a mesma, mas uma de cada vez [...] A vida em mocambo pequeno seria mais favorável à ordem, ao asseio, à moralidade sexual. Pelo menos à monogamia, mesmo que transitória”.¹⁰⁶

Aqui percebemos uma identificação e uma diferenciação do mocambo em relação ao sobrado. A semelhança se refere à família monogâmica. Com a diminuição da importância do escravo e seu distanciamento do ambiente

105 FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937, p. 28.

106 *Idem, ibidem*, pp. 30-31.

doméstico, perder-se-ia também, no sobrado, aquele clima orgiástico atribuído por Freyre à casa-grande. No mocambo também não haveria lugar para promiscuidade sexual, tendo em vista suas dimensões e a própria estrutura familiar para a qual ele é construído.

Contudo, cessam aí as similitudes. O mocambo passaria a se opor à casa aristocrática em função do tipo simples e equilibrado de vida de toda uma camada pobre da população brasileira que reside nos mocambos e “quadros”.

O ponto que atesta esta diferença, e que recebe maior destaque em *Mucambos do Nordeste*, é a superioridade arquitetônica do mocambo em relação ao sobrado, expressa numa “simplicidade de casa toda ou quase toda de palha, de folha, ou de capim-açu, [...] com os cipós fazendo as vezes de pregos e as portas feitas da própria palha ou folha dos tapumes”.¹⁰⁷ Esta simplicidade arquitetônica, que lhe confere maior aeração e insolação, com materiais mais higiênicos e naturais, será o principal argumento da escola arquitetônica iniciada por Lucio Costa em favor de uma arquitetura moderna originalmente brasileira. Este equilíbrio natural entre forma e função será chamado pelo arquiteto “carioca” de *saúde plástica perfeita*. A diferença é que se tentará filiar tais características arquitetônicas ao sábio e bom “portuga”, quando Freyre deixa claro que este tipo de construção pequena e em perfeito equilíbrio com o meio seria obra do engenho *mestiço*, de um ser que já teria se tornado uma outra raça, “uma identidade fixa e acabada”¹⁰⁸: o mulato.

107 *Idem, ibidem*, p. 20.

108 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Op. cit.*, p. 155.

Antes de adentrar no pensamento de Lucio Costa, devemos concluir a investigação que iniciamos sobre o mocambo na interpretação freyreana. Analisemos uma última proposição de Araújo em relação a um outro ponto que contraporía o mocambo não só ao sobrado, mas àquela acepção mais ampla de casa-grande, enquanto casa aristocrática que vai do início da colonização até fins do XIX. Um possível motivo de tal superioridade seria o equilíbrio, não somente arquitetônico, mas também cultural dos seus habitantes. Segundo Araújo,

“o raciocínio de Gilberto cria a impressão de que, desse simples, sábio e harmônico ponto de vista dos mocambos, tanto aquela promíscua experiência da casa-grande quanto a atmosfera crescentemente refinada e espiritual que vai envolvendo os sobrados parecem, igualmente, excessivos, ambos assolados pela mais absoluta falta de medida: no primeiro caso [...] pelo predomínio do sexo e dos instintos, e, no segundo, em virtude da sua exagerada preocupação com a ordem, com a imposição de um sentido rígido, artificial e totalizante à vida cotidiana”.¹⁰⁹

Neste ponto, o autor não só propõe uma continuidade argumentativa em *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos* (que gira em torno do conceito de *hybris*, ou excesso), como defende a existência de uma “revelação” e “valorização de um universo *popular*, sediado nos mocambos e praticamente insuspeito até então, regido por princípios que contrastam nitidamente com a falta de equilíbrio que, de um modo ou de outro, aparentemente define as nossas várias experiências aristocráticas”.¹¹⁰ Contudo, talvez falte uma maior ancoragem empírica, o que se daria através de fontes que comprovassem estes aspectos da vida cotidiana dos mocambos e pudesse até mesmo renovar o vigor do conceito de *hybris* ao qual Araújo se apegava.

109 *Idem, ibidem*, pp. 157-158.

110 *Idem, ibidem*, p. 158.

De qualquer forma, acreditamos que se possa propor um questionamento a essa defesa do popular em Freyre. Devemos lembrar que *Mucambos do Nordeste* foi publicado com o apoio do SPHAN, conforme percebe o próprio Araújo em nota de rodapé:

“M[ucambos do]N[ordeste] inaugura a linha de publicações do Serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, razão pela qual recebe um prefácio do se fundador, o intelectual modernista Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ele foi um grande amigo de Gilberto, que encerra o seu prefácio à 1ª edição de C[asa]G[rande &]Senzala dizendo que ‘um nome me falta associar a este ensaio: o do meu amigo Rodrigo M. F. de Andrade. Foi ele quem mais me animou a escrevê-lo e publicá-lo’”.¹¹¹

O SPHAN, já podemos adiantar este dado, foi um órgão que, grosso modo, foi patrocinado pelo Estado Novo no intuito de forjar uma identidade nacional a troco de proporcionar uma carreira e um nome para uma certa intelectualidade da década de 1930. O grupo de arquitetos que venceu a disputa pela institucionalização de um discurso foi justamente o que se ligou a este órgão, construindo uma noção de originalidade arquitetônica brasileira baseada na saúde plástica colonial. Portanto, trata-se uma idéia de identidade brasileira buscada na tradição colonial, idéia que iria se expandir a ponto de se tornar a tônica da modernização nacional empreendida por Getúlio Vargas. Não desenvolveremos este argumento neste momento, apenas o adiantamos no intuito de compreender melhor um importante aspecto do pensamento produzido por Freyre.

Segundo Silvana Rubino, “a terminologia de Freyre, ao descrever os mucambos, notemos, é bastante semelhante aos adjetivos que os arquitetos

111 *Idem, ibidem*, p. 155.

modernos utilizavam para definir e adjetivar a arquitetura que preconizavam”.¹¹² Pensando nesta proximidade terminológica e na ligação de Freyre com o SPHAN (de “prestígio forte junto ao núcleo dominante da instituição”¹¹³), podemos pensar em dois possíveis dados que teriam influenciado as escolhas de Freyre em *Mucambos do Nordeste* e sua publicação. Em primeiro lugar, um intelectual já de renome internacional como Freyre, defendendo uma série de idéias afins aos critérios preservacionistas que aquela instituição começava a implementar, por certo favoreceria uma legitimação junto a uma ampla e influente parcela da população letrada brasileira. Em segundo lugar, a possibilidade de se relacionar com o SPHAN e mesmo publicar suas idéias com apoio financeiro do Estado seria, sem dúvida, uma ótima oportunidade. Aproveitando a autonomia de que gozava esta instituição frente o gabinete presidencial (o que também será oportunamente analisado), Freyre teve a chance de se ligar novamente ao governo que o havia forçado ao exílio. Cremos que tais dados possam talvez lançar luz ao interesse de Freyre ante a arquitetura que ele tanto conhecia, sem, contudo, nunca a ter habitado.

Tentemos fazer uma síntese da “casa freyreana”, o que nos ajudará ao relacionarmos estas idéias ao que será, em seguida, exposto.

Podemos dizer, após tudo o que foi visto aqui, que a casa-grande dos

112 RUBINO, Silvana. *Op. cit.*, p. 276.

113 *Idem, ibidem*, p. 271.

inícios da colonização representou o sistema escravista, patriarcal e monocultor colonial, por abrigar e possibilitar a dominação portuguesa dos trópicos. Neste processo, ela foi não somente palco da gênese de uma nova “raça”, mas ofereceu condições para que aqui fermentasse um caldo cultural específico, com influência de diversos povos e adaptado ao meio. Portanto, aqui já podemos notar que a casa se torna *vestígio material, por excelência, das origens de um ser nacional*.

O sobrado e o mocambo representaram uma fase no desenvolvimento da nação em que valores “modernos” europeus fragmentam e desestabilizam a ordem anterior em favor de uma outra, que se desejaria mais fria e disciplinada. Uma série de alterações, umas verdadeiras (como uma reconfiguração de valores), outras nem tanto (como os modismos arquitetônicos e urbanísticos, culinários e de modos de vestir), se esforçariam em relegar a um passado, no qual habitaria o “atraso”, aquilo de mais legítimo e produtivo que a despótica colonização portuguesa criara em contato com outros povos: uma cultura original e perfeitamente adaptada ao meio.

Contudo, nas habitações simples, representadas principalmente pelos mocambos, restaria um fio de ligação com aquele passado cultural elogiado por Freyre. O mocambo seria o “elo perdido” daquela cultura perfeitamente adaptada ao meio tropical, o que se expressaria nas suas “honestas” e funcionais formas, em total equilíbrio com o meio natural.

3. LUCIO COSTA, A CASA BRASILEIRA E O SPHAN

Neste capítulo, nos dedicaremos a analisar o campo conceitual forjado por Lucio Costa no intuito de construir e consolidar a nascente arquitetura moderna brasileira.

Aqui reside uma fundamental hipótese para o nosso trabalho, ou seja: o entendimento de Lucio Costa do que fosse uma arquitetura verdadeiramente brasileira guarda um diálogo muito próximo com aquela percepção freyreana da casa e da sociedade brasileira, cuja análise foi esboçada no capítulo anterior. Este discurso se fundamenta numa certa tradição colonial, que seria resgatada com a preservação do casario histórico brasileiro, vestígio da cultura material de uma sociedade passada. Veremos que a atuação de Costa no SPHAN, órgão que tornou possível tal preservação, foi fundamental para que se pudesse consolidar a arquitetura moderna brasileira.

Portanto, analisaremos os principais conceitos norteadores da nova arquitetura de Lucio Costa, procurando, em seguida, os relacionar com o que já foi estudado em relação a Gilberto Freyre. Por fim, investigaremos a inserção de Lucio Costa no SPHAN, órgão estatal inserido num contexto de revolução política e cultural.

3.1. *Saúde plástica e verdade arquitetônica*

Não alteraremos os procedimentos que até então viemos adotando na análise de nossas fontes, pois cremos que serão eles úteis também para a investigação dos principais aspectos da “nova arquitetura” conforme proposta por Lucio Costa.

Talvez seja por um trecho do texto *Razões da nova arquitetura* que possamos iniciar nossa investigação:

“embora desmascare os artificialismos da falsa imponência acadêmica, a nova arquitetura não se pretende furtar – como levemente se insinua – às imposições da simetria, senão encarará-la no verdadeiro e amplo sentido que os antigos lhe atribuíam: com medida – tanto significando o rebatimento primário em torno de um eixo, como o jogo dos contrastes sabiamente neutralizados em função de uma linha definida e harmônica de composição, sempre controlada pelos traços reguladores, esquecidos dos acadêmicos e tão do agrado dos velhos mestres”.¹¹⁴

O ponto interessante desta passagem é a forma como Costa contrapõe a falsidade da “imponência” dos arquitetos acadêmicos à “verdade” arquitetônica dos “antigos”. Filiando-se à última, o arquiteto firmaria a posição da nova arquitetura no cenário nacional e conseguiria um certo reconhecimento internacional. Antes de enumerarmos as principais características definidoras da nova arquitetura proposta por Costa, é importante que analisemos como surgiu este embate.

Gostaríamos de antes deixar claro que não nos interessa traçar aqui uma história das querelas institucionais. Do ponto de vista da nossa abordagem, será, certamente, muito mais proveitoso investigarmos a separação do ponto

114 COSTA, Lucio. *Razões da nova arquitetura*.
www.vitruvius.com.br/documentos/arquitetos/lucio02.asp, p. 8.

de vista idéias arquitetônicas. Usamos o termo “separação”, pois foi disto que se tratou. Costa fora antes um dos principais alunos de José Mariano Filho, o principal defensor da arquitetura “neocolonial”.

A viagem, em 1926, à Europa, onde passou aproximadamente um ano estudando arquitetura, embora “sem ter prestado atenção no que estava surgindo de novo”¹¹⁵, e, em seguida, à Minas, teriam, segundo Otília Arantes, causado “uma espécie de curto-circuito no percurso do nosso arquiteto franco-brasileiro, de algum modo prenunciando o que se seguiria”.¹¹⁶ Este novo contato com a arquitetura colonial teria mostrado a Costa o quão equivocadas eram as imitações meramente decorativas e pouco funcionais da arquitetura neocolonial. A partir de então, Costa passa a aferir ao legado colonial “uma carga semântica bastante diversa daquela que orientava a já citada escola neocolonial”¹¹⁷, não obstante crermos que, somente em 1934, com a publicação de *Razões de uma nova arquitetura*, possamos falar de uma completa estruturação teórica da arquitetura moderna brasileira.

Mas, afinal, por que exatamente Costa passaria a se referir à arquitetura neocolonial e à eclética, que ainda vigorava em inícios do século XX, como sendo “falsas”? Num outro trecho daquele mesmo texto de 1934, temos outra passagem que nos ajudará a elucidar esta questão:

“a crise da arquitetura contemporânea – como a que se observa em outros terrenos – é o efeito de uma causa comum: o advento da máquina. É, pois, natural que, resultando de premissas tão

115 ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Op. cit.*, p. 85.

116 *Idem, ibidem.*

117 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Nas asas da razão: ética e estética na obra de Lucio Costa”. In NOBRE, Ana Luiza *et al.* [orgs]. *Op. cit.*, p. 60.

diversas, ela seja diferente, quanto ao sentido e à forma, de todas aquelas que precederam, o que não a impede de se guiar – naquilo que elas têm de permanente – pelos mesmos princípios e pelas mesmas leis. As classificações apressadas e estanques que pretendem ver nessa metamorfose, naturalmente difícil, irremediável conflito entre passado e futuro, são destituídas de qualquer significação real”.¹¹⁸

O patamar técnico atingido pela sociedade industrial de então conferiu à arquitetura uma inédita expansão da expressividade plástica. Com a função de suporte transferida para as colunatas, alteração possibilitada pela técnica do concreto armado, possibilitou-se uma maior liberdade plástica em relação às paredes, que se tornariam independentes da estrutura do edifício:

“a linha melódica das janelas corridas, a cadência uniforme dos pequenos vãos isolados, a densidade dos espaços fechados, a leveza dos panos de vidro, tudo voluntariamente excluindo qualquer idéia de esforço, que todo se readquiriu, graças à nitidez das suas linhas e à limpidez dos seus volumes de pura geometria – aquela disciplina e retenue próprias da grande arquitetura; conseguindo mesmo um valor plástico nunca antes alcançado, e que a aproxima – apesar do seu ponto de partida rigorosamente utilitário – da arte pura”.¹¹⁹

Desta forma, não é que a arquitetura devesse abdicar das preocupações artísticas. Pelo contrário: para Costa, é em função do seu “conteúdo lírico e passional [que a] obra arquitetônica haverá de sobreviver no tempo, quando *funcionalmente* já não for mais útil. Sobrevivência não apenas como exemplar didático de uma técnica construtiva ultrapassada, ou como testemunho de uma civilização perempta, mas no sentido mais profundo e permanente – como criação plástica ainda válida porque capaz de comover”.¹²⁰ Nisto consistiria um importante conceito costiano: o de *intenção plástica*.

Lucio Costa irá buscar, então, na arquitetura colonial, não o decorativismo

118 COSTA, Lucio. *Op. cit.*, p. 3.

119 *Idem, ibidem*, p. 7.

120 *Idem, apud* ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Op. cit.*, 2004, p. 64.

artificial, que apenas se interessa em acrescentar um “estilo” a uma estrutura estanque, em meio a tantos outros artificialismos ecléticos e nada funcionais, mas sim valores que, do século XIX até o surgimento da nova arquitetura, tinham sido deixados de lado. São ideais de simetria, sobriedade e simplicidade das construções coloniais, que apontariam para um verdadeiro sentido estético e funcional a ser desenvolvido na nova arquitetura, de possibilidades plásticas quase ilimitadas. Os avanços técnicos não implicavam, portanto, em uma ruptura com o passado, pelo contrário: possibilitava o resgate de características fundamentais da arquitetura colonial.

Nos adiantamos, assim, na investigação de um conceito fundamental para a compreensão da obra de Costa, o de *saúde plástica*, que aparece no trecho que em seguida citaremos e que nos auxiliará a desvendar o sentido daquela nova arquitetura:

“a arquitetura popular apresenta em Portugal, a nosso ver, interesse maior que a ‘erudita’ – servindo-nos da expressão usada, na falta de outra, por Mário de Andrade, para distinguir da arte do povo a ‘sabida’. *É nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor.* Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na *justeza das proporções e na ausência de ‘make up’, uma saúde plástica perfeita* – se é que podemos dizer assim.

Tais características, transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros ‘incultos’ – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à arquitetura portuguesa na Colônia, esse ar desprezioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX.

Sem dúvida, neste particular *também se observa o ‘amolecimento’ notado por Gilberto Freyre*, perdendo-se, nos compromissos de adaptação ao meio, um pouco daquela ‘carrure’ tipicamente portuguesa; mas, em compensação, devido aos costumes mais simples e à largueza maior da vida

colonial, e por influência também, talvez, da própria grandiosidade do cenário americano – certos maneirismos preciosos e um tanto arbritados que lá se encontram, jamais se viram aqui [grifos nossos]”.¹²¹

Portanto, como fica claro neste trecho do já “clássico” “Documentação necessária”, publicado em 1937 para o primeiro número da *Revista do SPHAN*, *saúde plástica* significa *justeza das proporções e ausência de ‘make up’*, ou seja, sobriedade e equilíbrio entre forma e função, ausência de ornamentações disfuncionais ou rebuscamentos que, por serem na verdade fabricados em série, como começa a ocorrer no século XIX, nem mesmo teriam o mesmo valor artístico.

Lucio Costa atribui à arquitetura portuguesa uma saúde plástica perfeita, transferida pelos mestres e pedreiros que, sem conhecimento “erudito”, conseguiram transmitir esta sintonia entre forma e função para os trópicos. Antes de situarmos esta característica arquitetônica numa abordagem temporal, o que é fundamental para a compreensão do pensamento costiano, devemos atentar para um ponto de extrema importância para o nosso trabalho. Trata-se do argumento no qual se afirma que, em função à adaptação ao meio, ou seja, devido a fatores mesológicos, a arquitetura portuguesa teria inclusive se superado, a “grandiosidade do cenário americano” teria influído positivamente na arquitetura civil. A simplicidade que ela adquirira permitiria melhor demonstrar as *qualidades da raça* que aqui se formou. Faz-se inclusive uma alusão explícita a Gilberto Freyre, quando fala de um “amolecimento”, por mais que, cremos nós, estas idéias não necessitassem de nomeação para

121 *Idem*. “Documentação necessária”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. V. 1, Rio de Janeiro, 1937

identificarmos a referência.

Portanto, neste ponto, Costa liga a *arquitetura* de um povo à *identidade* de um povo. A *saúde plástica* que caracteriza a arquitetura colonial é, assim, uma qualidade de *raça*. E *raça*, pela referência que se faz a Freyre, deve ser entendida como aquele conjunto de caracteres culturais, adquiridos em contato com o meio, que são transferidos às gerações posteriores.

Está claro que Lucio Costa considera que a saúde plástica da arquitetura colonial tem raízes portuguesas. Para Gilberto Freyre, o português é, na verdade, um mestiço, visto que ao longo da história lusitana, ele sofreu a influência dos mais variados povos, guardando uma série de “antagonismos em equilíbrio” que possibilitariam a colonização dos trópicos. Costa também parece ter consciência deste caráter do português. A influência decisiva no tipo de arquitetura característica que ele irá produzir se filia a uma corrente estética mediterrânea, mas também mesopotâmica, principalmente pela associação de Portugal com a cultura do Renascimento, que Costa contrapõe a uma outra, predominantemente oriental:

“[por um lado, tem-se a] concepção estática da forma, na qual a energia plástica concentrada no objeto considerado parece atraída por um suposto núcleo vital, donde a predominância dos volumes geométricos e da continuidade dos planos de contorno definido e a conseqüente sensação de densidade, de equilíbrio, de contenção (arte mediterrânea); e, por outro, [...] [a] concepção formal dinâmica, onde aquela energia concentrada no objeto parece querer liberar-se e expandir – seja no sentido unânime de uma resultante ascendente (arte gótica), seja em direções contraditórias simultâneas (arte barroca), seja revolvendo-se e voltando sobre si mesma (arte hindu) [...] ou finalmente, recurvando-se para cima num ritmo escalonado (arte sino-japonesa)”.¹²²

122 COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das artes, 1995, p. 247, *apud* ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Op.cit.*, 2004, p. 65.

Costa trabalha um conceito de identidade bastante fluido e móvel, que vai bem além das fronteiras da nação. A saúde plástica, que se filia, portanto, à “corrente formal estática”, seria uma concepção estética de cunho universal que teve as condições necessárias para florescer no Brasil colonial. Haveria então uma conexão nossa com o eixo mediterrâneo-mesopotâmico, que seria confirmada pela arquitetura moderna. Percebemos, contudo, que a arquitetura eclética e neocolonial do século XIX não se enquadra nesta lógica. Temos agora condições de fechar aquele argumento que começou com a separação entre Lucio Costa e os neocoloniais.

A verdadeira arquitetura brasileira seria, então, aquela que se filiasse aos ideais de sobriedade, simplicidade e proporção, ou seja, àquela saúde plástica de raízes mediterrâneas. Costa aponta os motivos da “desarrumação” que passou a se observar na arquitetura do século XIX e início do XX:

“excluída a causa maior, que faz parte do quadro geral de transformações, de fundo social e econômico, iniciadas no século XIX [...], restam aquelas que poderíamos classificar, talvez, como sendo de ordem ‘doméstica’: primeiro, o imprevisto desenvolvimento do mau ensino da arquitetura – dando-se aos futuros arquitetos toda uma confusa bagagem ‘técnico decorativa’, sem qualquer ligação com a vida, e não se lhes explicando direito o porquê de cada elemento, nem as razões profundas que condicionaram, em cada época, o aparecimento de características comuns, ou seja, de um estilo; depois, o desenvolvimento, também não previsto, do ‘cinematógrafo’, que abriu ao grande público, até então despreocupado ‘dessas coisas’ e habituado às casas simplórias, mas honestas, dos mestres-de-obras, novas perspectivas – ‘bungalow’, casas espanholas.

[...]

Foi quando surgiu, com a melhor das intenções, o chamado movimento tradicionalista de que também fizemos parte. Não percebíamos que a verdadeira tradição estava ali mesmo, a dois passos, com os mestres-de-obras nossos contemporâneos; fomos procurar, num artificioso processo de adaptação – completamente fora daquela realidade maior que cada vez mais se fazia

presente e a que os mestres se vinham adaptando com simplicidade e bom senso – os elementos já sem vida da época colonial: fingir por fingir, que ao menos se fingisse coisa nossa”.¹²³

Entende-se agora a falsidade da arquitetura que não guarda afinidades com as proposições funcionais e plásticas de Costa. As escolas de arquiteturas estariam se esquecendo da funcionalidade, pois, mais que uma pretensa obra de arte, uma habitação deve guardar sua “relação com a vida”, ou seja, deve ser útil não somente à fruição estética, mas, principalmente, obedecer ao propósito em função do qual foi construída. Entende-se também que essa arquitetura ensinada na academia veio suprir um novo *mercado*, de uma burguesia encantada com o mundo moderno europeu. Se os valores deste continente chegaram ao Brasil de navio, junto com as mercadorias que consolidariam o capitalismo nos trópicos, os ideais de vida da nascente burguesia brasileira foram, em grande parte, trazidos pelo cinema. Tais ideais seriam, certamente incompletos sem uma casa européia. A arquitetura neocolonial (“movimento tradicionalista”), se enquadraria no mesmo tipo de “fingimento”, só que em bases nacionalistas e tradicionalistas – também equivocadas.

Portando, é como se ocorresse um hiato entre a arquitetura verdadeira e honesta dos “mestres-de-obra incultos” portugueses e a arquitetura moderna, onde se interpôs quase um século de arquitetura falsa, que em nada corresponde à vida brasileira, que nada representa a cultura original que floresceu nos trópicos. Este conceito de *verdade arquitetônica* será fundamental para que compreendamos, além do pensamento de Lucio Costa, 123 COSTA, Lucio. *Op. cit.*, 1937, p. 98.

as políticas preservacionistas empreendidas pelo SPHAN, tendo em vista o grande número de construções coloniais preservadas e o quase nenhum ou nenhum tombamento de edifícios do século XIX.

3.2. *Lucio Costa e Gilberto Freyre: afinidades e contrariedades*

Notemos antes um outro ponto importante suscitado pelo que foi acima exposto. Podemos observar que, no capítulo anterior, quando analisávamos as principais idéias, do ponto de vista de nossa abordagem, contidas em *Sobrados e Mucambos*, nos deparávamos com preocupações muito semelhantes. Ambos os autores entendem que, no século XIX, em função da invasão de valores europeus no Brasil, grande parte da tradição colonial foi deixada de lado em favor de uma cultura “civilizada” européia. Enquanto que para Freyre a principal conseqüência desta invasão cultural parece ter sido uma diminuição da qualidade de vida tanto para senhores, que, em função de certos modismos e da necessidade de *parecer ser*, sacrificavam o bem estar e a comodidade, quanto para negros, que passaram a viver em locais mais insalubres e a se alimentar pior, para Costa, se havia perdido o principal ensinamento arquitetônico do período colonial.

Outra afinidade é a busca daquelas saudáveis e harmônicas características do brasileiro nas habitações populares. A diferença é que Freyre voltará seu olhar para os mocambos, casa habitada por mestiços pobres, enquanto Costa elogiará a “casa mínima”, atribuindo-lhe, contudo, suas feições ao português.

Eis o que diz Costa a respeito desta casa: “o engenhoso processo de que são feitas – barro armado com madeira – tem qualquer coisa do nosso concreto armado e, com as devidas cautelas, afastando-se o piso do terreno e caindo-se convenientemente as paredes, para evitar-se a umidade e o ‘barbeiro’, deveria ser adotado para casas de verão e construções econômicas de um modo geral”.¹²⁴ Para Silvana Rubino, “se Costa não chegava, como Freyre, a considerar a casa popular, como o mocambo, uma solução habitacional, recuperava a figura do construtor anônimo, esse guardião da *boa tradição*”.¹²⁵

Entretanto, se quisermos compreender o componente real da ligação entre Freyre e Costa, devemos pedir licença e avançar um pouco nosso recorte cronológico. Como nota Rubino, o arquiteto Henrique Mindlin, um dos principais representantes da “segunda geração” de arquitetos modernos cariocas, se referia a Freyre, num texto de 1962, como sendo o “sociólogo dos arquitetos”. Freyre gozava, segundo Rubino, de prestígio junto “não a qualquer arquiteto que atuava então no Rio de Janeiro, mas a um grupo específico, aquele que desde 1930, quando da reforma da Escola Nacional de Belas-Artes, gravitava ao redor do líder Lucio Costa”.¹²⁶ A análise social operada por Freyre, cuja caracterização semântica seria buscada no léxico da arquitetura (casa-grande e senzala, sobrados e mucambos), adquiriu cunho normativo para os arquitetos e se traduzia, para eles, “nos desafios da realidade cotidiana e no planejamento – fosse este urbano, regional ou

124 *Idem, ibidem*, p. 95.

125 RUBINO, Silvana. *Op. cit.*, p. 276.

126 *Idem, ibidem*, p. 278.

nacional”¹²⁷.

A construção de Brasília (“primeira e única cidade planejada de acordo com as idéias que Le Corbusier lançara como manifesto na década de 1920, e reunira corporativamente como um documento do urbanismo moderno em 1933”¹²⁸) contudo, revela um descontentamento de Freyre em relação a Costa. Se antes Freyre elogiara enfaticamente o arquiteto, em função de “estudar cuidadosamente o passado social do Brasil e de Portugal”, o que refletiu em “suas formas tradicionais, regionais e funcionais da arquitetura”, pelo “uso livre e ostensivo de cores vivas e tropicais e não somente o azul e o verde convencionais dos azulejos com motivos religiosos na decoração externa dos prédios”¹²⁹, agora criticava alguns aspectos relativos à construção da nova capital do país. Para ele,

“Brasília não deveria ser considerada um problema de arquitetura e urbanismo, mas de ecologia tropical, que deveria ser erguida como obra de arquitetos ligados a ecologistas e cientistas sociais. [...] As qualidades que Freyre notava na arquitetura colonial, na casa-grande, pareciam estar ausentes em Brasília, mais abstrata e universalista do que telúrica e ecológica, cidade que deveria ser ao mesmo tempo tropical e moderna na sua civilização de origem ibérica, projetar sobre o mundo valores brasileiros passíveis de universalização”¹³⁰.

Para podermos concluir nosso raciocínio, apenas mais uma citação:

“a cidade que Freyre tinha em mente exigia um neologismo – seria *rurbana* (a ênfase é adicional), horizontal, com casas, com as atividades de recreação e lazer espalhadas pela superfície, ‘de acordo com as condições em parte rurais da paisagem e de espaço’, e não concentradas em edifícios. Deveria ter os olhos voltados para o futuro, sem esquecer o passado útil brasileiro, que

127 *Idem, ibidem*. A autora cita MINDLIN, H. “Gilberto Freyre e os arquitetos”. *Guanabara*. n. 4. Rio de Janeiro: IAB, jan./fev. 1962.

128 *Idem, ibidem*, p. 283.

129 FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo: ed. Nacional/Ed. da USP, 1971. p. 213-214.

130 RUBINO, Silvana. *Op. cit.*, p. 280.

se expressa na erudição e no folclore”.¹³¹

Embora notemos, por este último trecho, que Freyre possui uma visão de futuro muito semelhante a de Lucio Costa (o que nos possibilitará enquadrá-lo, mais adiante, num grupo de intelectuais, do qual Costa também faz parte, ligados ao Estado, que pretenderam empreender no país uma espécie de *modernização conservadora*), ao desejar aproveitar um “passado útil” – e este é o ponto que nos interessa –, percebemos que, no fim, há uma disputa institucional no que tange à aplicação de reformas, algo que não parece ter sido notado, ou, ao menos, explicitado, por Rubino. Freyre se ressentia, como podemos perceber, quando nota que arquitetos e urbanistas monopolizaram um projeto tão ambicioso quanto a construção da capital federal. Noutro momento (em 1937, no texto “Documentação Necessária”), Costa também faz uma defesa da profissão, quando se refere à necessidade de conhecer melhor a casa brasileira: “trabalho a ser feito, senão pelo homem de ofício [o arquiteto], ao menos com a assistência dele, a fim de garantir exatidão técnica e objetividade, sem o que perderia a própria razão de ser”.¹³²

131 *Idem, ibidem*, p. 283. A autora retira o trecho entre aspas de FREYRE, Gilberto. *Brasil, Brasília*. Rio de Janeiro: Record, 1968, p. 184.

132 COSTA, Lucio. *Op. cit.*, 1937, p. 93.

3.3. *Lucio Costa e o SPHAN*

Antes de passarmos a analisar o SPHAN na forma em que ele se constituiu e atuou no “desenho” de nossas cidades – o que, pretendemos defender, baseou-se no campo conceitual forjado por Lucio Costa e Gilberto Freyre –, iremos tratar de como se deu o ingresso do arquiteto no âmbito do poder público, no intuito de verificar o verdadeiro alcance de sua influência junto a este órgão.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, iniciou-se uma reestruturação na educação do país, comandada pelo ministro Gustavo Capanema. Costa é então convidado, a partir de indicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade (que se tornaria seu chefe e amigo, aliás, amigo também de Freyre, conforme ele mesmo relata no final do “Prefácio à 1ª edição” de *Casa-Grande & Senzala*), por indicação de Manuel Bandeira (também amigo próximo tanto de Freyre quanto de Costa), para reformular o ensino da ENBA. No curto período em que esteve na direção da Escola, reformulou currículos e demitiu e contratou professores, além de organizar o Salão de 31, que substituiu o Salão Oficial de Belas-Artes, onde expuseram artistas da vanguarda brasileira cujo núcleo inicial havia participado da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo.

Após ter sido demitido deste cargo, Costa foi integrado ao corpo docente da nova Universidade do Distrito Federal, criada em 1934 por Anísio Teixeira. Foi em função do convite para ministrar um curso de pós-graduação em

urbanismo no Instituto de Artes que Costa escreveu “Razões da nova arquitetura”, texto em que, como vimos, estabeleceu os princípios conceituais da arquitetura moderna brasileira. Foi também neste período que tomou contato e, provavelmente, se identificou “com o grupo mais avançado de profissionais, intelectuais e artistas organizados neste centro docente: Mário de Andrade, Josué de Castro, Afonso Arinos de Melo Franco, Jorge de Lima, Heitor Villa-Lobos, Cândido Portinari, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Antônio, Prudente de Moraes Neto e outros”.¹³³

Outro ponto importante de sua carreira pública foi a intervenção no projeto de construção do monumental prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública, comandado ainda, em 1936, pelo ministro Capanema: o prédio, que deveria simbolizar as reformas da educação e da própria nação que se tentaria construir alguns meses depois, com o advento do Estado Novo, teve seu projeto alterado por Lucio Costa. O arquiteto demonstra então sua autoridade em relação ao discurso arquitetônico nacional, pois convence o ministro a ouvir o próprio Le Corbusier, que vem ao Brasil especialmente para tal empreitada, além de passar por cima dos projetos ganhadores do concurso que elegeria a planta a partir da qual se construiria o prédio do Ministério. Além disso, Costa altera mais uma vez o projeto, dando-lhe características “nacionais”, o que fez do prédio “um *monumento* brasileiro à arquitetura moderna mundial”.¹³⁴

133 SEGRE, Roberto. “Ideologia e estética no pensamento de Lucio Costa”. In NOBRE, Ana Luiza et al. [orgs.]. *Op. cit.*, p. 107.

134 ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Op. cit.*, p. 92.

No ano seguinte, Lucio Costa é contratado pelo diretor-geral do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, como consultor técnico. Ficou neste cargo até 1946, quando passou a Diretor de Estudos e Tombamentos do agora DPHAN. Trabalhou no mesmo posto até sua aposentadoria, em 1972, sendo eventualmente solicitado praticamente até a sua morte, em 1998. O engajamento de Costa na política do patrimônio seria intenso a partir de seu ingresso no “Serviço”. É, entretanto, importante que se relativize o papel do arquiteto dentro do órgão, pois, do contrário, pode-se pensar que ele foi o grande responsável por toda política patrimonial do país. Na verdade, a palavra final era, como demonstra José Pessôa, de Rodrigo Melo Franco de Andrade. O juízo de Costa, “importante nas decisões finais, não tinha o peso que as gerações mais novas costumam lhe atribuir. A decisão era do diretor-geral, que estava sempre pronto a apoiar o amigo e funcionário, mesmo com as eventuais reprimendas”.¹³⁵ Contudo, o balanço dos bens inscritos no “Livro do Tombo”, de 1936 até 1967, conforme citado por Puntoni, não nos deixa desmerecer o papel de Costa: dos 689 tombamentos efetivados, 529 são referentes ao período colonial.¹³⁶

A análise da atuação de Lucio Costa no SPHAN mostra que o arquiteto foi fiel aos conceitos que esboçou e foram por nós analisados anteriormente. Como demonstramos, Costa percebia a existência de uma linha evolutiva que ligava a arquitetura colonial à moderna, da qual era excluída a arquitetura

135 PESSÔA, José. *Op. cit.*, p. 13.

136 PUNTONI, Pedro. *Op. cit.*, p. 93.

eclética e neocolonial do século XIX e início do XX. Isso porque, não obstante o desenvolvimento técnico, haveria, do ponto de vista artístico, uma série de valores essencialmente brasileiros que atestariam sua verdadeira arquitetura. Esta “*continuidade natural* entre a memória do passado, a experiência do presente e a perspectiva do futuro”,¹³⁷ seria a concepção a reger não só a produção teórica e projetual de Costa a partir dos anos 30, mas também a prática preservacionista levada a cabo no SPHAN, onde, segundo Ana Luiza Nobre,

“é conhecida sua parcialidade em autorizar o passado, dele cobrando uma validade, mas desde que este se mostre habilitado ao alinhamento com o futuro, mediante a perspectiva moderna. Lucio Costa encontra na noção de adequação o meio de autorizar um diálogo inovador com a tradição, e com isso mantém a proposta de dar continuidade a um passado tomado como histórico e julgado portador de um teor de verdade incontestes”.¹³⁸

A autora reconhece também uma “distinção operada entre arte e história” na equipe inicial do SPHAN:

“caberia à Seção de Arte selecionar as obras dignas de preservação e tombamento, enquanto a Seção de História seria responsável pelos registros ‘de natureza histórico elucidativa’. Em outras palavras, a escala de prioridades seria a princípio fixada pela Seção de Arte, cabendo à Seção de História não mais que suprir ‘uma compilação de dados, tanto quanto possível precisos, sobre a história desses documentos, com o fim último de fornecer um lastro seguro’ para ‘as providências cabíveis em cada caso. Não surpreende que nessa polarização se atribua à primeira uma posição nitidamente superior – afinal, são juízos estéticos que fundam os critérios de valoração ali dominantes e oferecem sentido às obras a serem perpetuadas”.¹³⁹

Este ponto explica a ausência de historiadores nos quadros iniciais do SPHAN, que, quando muito, tiveram papel de conselheiros. José Pessoa defende que “o *interesse artístico*, isto é, o interesse para a história de nossa arquitetura civil,

137 NOBRE, Ana Luiza. *Op. cit.*, p. 123.

138 *Idem, ibidem*, p. 123-124.

139 *Idem, ibidem*, p. 126.

era o artifício usado para proteger os elementos regionais ameaçados de desaparecimento”.¹⁴⁰ Do contrário, seriam somente preservadas as obras de valor artístico excepcional ou referentes a “fatos históricos edificantes” da nossa pátria.

Cremos, contudo, que o argumento de Nobre é mais interessante:

“são eles – arquitetos, em sua maioria – que recebem e transmitem a herança do passado mediante pareceres-testamentos que têm seus termos pautados, no fundo, pelos mesmos princípios que norteiam sua prática projetual. Motivo pelo qual o passado que constroem é lacunar.

[...]

Ao fundir ali as perspectivas do arquiteto e do historiador, Lucio Costa impôs-se o duplo compromisso de projetar nosso futuro e construir nosso passado. Menos suscetível às limitações que à oportunidade de sua atuação como servidor público, incumbiu-se do dever cívico de edificar uma história oficial e exemplar da arte e da arquitetura no Brasil, à qual fez questão de integrar a si próprio e a seus pares (haja vista, por exemplo, o tombamento também precoce da igreja da Pampulha e da catedral de Brasília, ainda antes da conclusão das obras). E por dar como certa a existência de uma formação cultural primordial, em larga medida transfigurada ou abafada no decorrer do tempo porém capaz de expressar a identidade brasileira desde que resgatada em sua ‘verdade’, fez da sua longa atuação no SPHAN um meio de recuperá-la por meio de um conjunto de práticas de natureza simbólica revestidas de uma autoridade delegada, desde a primeira hora, por um governo decidido a investir no projeto de construção da nacionalidade pela via da produção cultural”.¹⁴¹

Imbuídos da crença de que existe, em algum lugar do passado (agora já menos obscuro com os estudos de Freyre e Costa), uma identidade nacional, um grande número de intelectuais, dentre os quais figuram os nossos dois acadêmicos, unir-se-iam ao Estado Novo, mesmo que possuidores de ideais humanitários e progressistas,¹⁴² por saberem agora quais os rumos para se

140 PESSÔA, José. *Op. cit.*, p. 17.

141 NOBRE, Ana Luiza. *Op. cit.*, p. 125-127.

142 Acerca da ideologia humanitária e progressista em Costa, cf. SEGRE, Roberto. *Op. cit.* A este respeito, em relação à Freyre, cf. o último capítulo de ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Op. cit.*, 1994.

atingir uma modernidade autenticamente brasileira. A tradição colonial guiaria, por mais contraditório que isso possa parecer, à sociedade moderna brasileira. Uma modernização em que, segundo Otilia Arantes, “ser fiel ao patrimônio histórico e à tradição artística local porque se é moderno, e não apesar de, é o mesmo, e mais cem mil mediações, que se modernizar repondo, ou refuncionalizando, o ‘atraso’ herdado e restaurado: numa palavra, o moderno cresce e se alimenta reproduzindo o atraso, de obstáculo e resíduo o arcaísmo passa a instrumento da opressão mais moderna”.¹⁴³ Isto seria o que a autora chama de “efeito retroativo de formação”.

A respeito desta “formação”, que figura em vários livros fundadores de nossa tradição crítica (dentre eles, podemos citar *Raízes do Brasil*, *Formação do Brasil contemporâneo*, *Formação econômica do Brasil*, *Formação política do Brasil*, *Formação do patronato político brasileiro* etc.), a autora afirma o seguinte:

“Formação’ é propósito construtivo, deliberado, das elites dirigentes e cultivadas, de dotar o país de linhas evolutivas que culminem no funcionamento coerente de um sistema cultural local, tendo por modelo e parâmetro crítico a relativa organicidade da vida cultural européia no que concerne à sua capacidade de incidir (e formalizar) no campo de forças constituídas pela sociedade moderna. Supõem portanto o ideal de seriação, concatenação, continuidade, tradição, em contraparte à barafunda de nossa vida mental, em que nada se segue de nada, nada acumula que não seja logo decapitado por intromissão de alguma coisa prestigiosa porém extrínseca ao quadro de contradições locais que arduamente se estava procurando reconstruir”.¹⁴⁴

Trata-se, portanto, do velho desejo das nossas elites intelectuais de “jogar” o país atrasado e a-histórico no curso da História.¹⁴⁵

143 ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Op. cit.*, p. 88-89.

144 *Idem, ibidem*, p. 96.

145 A este respeito, cf. FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do brasileiro: em busca de um novo homem*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

Falta ainda compreender como foi possível que Freyre e Costa se utilizassem de um órgão público (mesmo que o primeiro tenha sido, a princípio, perseguido pelo governo de Getúlio Vargas) a fim de implementar todo este arcabouço conceitual. Analisaremos, no próximo capítulo, o SPHAN no contexto do Estado nacional de então, para, em seguida, concluirmos com as conseqüências deste processo.

4. O SPHAN E A CASA BRASILEIRA

No capítulo anterior, iniciamos uma discussão acerca do sentido da ligação entre intelectuais e Estado no recorte abordado. Foram expostos, contudo, apenas alguns princípios gerais desta relação. Torna-se necessário, portanto, para que analisemos o real alcance de nossas proposições, a investigação mais cuidadosa de alguns aspectos relativos à gestão de bens culturais pelo Estado e à inserção de um grupo intelectual específico num dos principais órgãos responsáveis por este trabalho: o SPHAN.

Para tanto, adotaremos, neste capítulo, um tom que mais se aproximará de uma análise sociológica. Refletiremos inicialmente sobre o grupo de intelectuais que, assim como Gilberto Freyre e Lucio Costa, se alojou no tecido estatal. Em seguida, analisaremos o aspecto que tomaram os órgãos públicos no país com a centralização política levada a cabo por Getúlio Vargas. Tendo em mãos estes dados, teremos condições de compreender o alcance das idéias que viemos analisando ao longo deste trabalho.

4.1. Os intelectuais modernos

Para definirmos um conjunto específico de intelectuais, devemos, em primeiro lugar, tentar identificar possíveis traços em comum, que, porventura, lhes dêem uma identidade e uma coesão grupal interna.

Um dos traços que podemos identificar como sendo do grupo de intelectuais, sobretudo artistas, que ora analisamos, é apontado por Ricardo Benzaquen de Araújo:

“uma das formas mais habituais e legítimas de se defender a arte moderna no Brasil, em especial entre as décadas de 20 e 40, consistia justamente na afirmação do seu vínculo com um conjunto de qualidades essenciais, ou seja, permanentes, presentes eventualmente desde o período colonial, que, pela sua própria singularidade, teriam condições de definir, de dar substância à nossa identidade nacional”.¹⁴⁶

Se levarmos em conta que tanto Gilberto Freyre quanto Lucio Costa também se preocuparam com a busca de traços essencialmente brasileiros num passado colonial, podemos estender esta interpretação aos dois autores. Nossos artistas e intelectuais parecem compartilhar um desejo de pertencimento a uma comunidade idealizada, na qual uma formação extraordinariamente específica garantiria uma incrível originalidade às suas produções. Afinal, não é o desejo de todo artista/intelectual ambicioso ser reconhecido por suas idéias originais? É justamente no passado colonial que nossos artistas vislumbrarão uma originalidade estética e nossos intelectuais uma identidade nacional. Segundo Pedro Puntoni, guardados os questionamentos que fizemos no segundo capítulo,

“esta ‘lógica’ tinha a ver com ‘o divórcio da realidade brasileira, em que a maior parte de nosso escritores sempre viveu’, e que fazia ‘com que a paisagem da Minas barroca surgisse aos olhos dos modernistas como qualquer coisa de novo e original, portanto, do quadro de novidade e originalidade que eles procuravam’. A superação deste divórcio era resultado da vontade de pertencimento a uma comunidade nacional (tal como será sentida por Freyre) que se associava à certeza de que no passado colonial era possível erguer uma tradição, isto é, uma linha de continuidade que confirmava nossa originalidade, nosso caráter”.¹⁴⁷

146 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Op. cit.*, 2004, p. 60.

147 PUNTONI, Pedro. *Op. cit.*, p. 83. O autor cita BROCA, Brito. “Blaise Cendrars no Brasil, em

Daí aquela preocupação, notada por Otilia Arantes, com a *formação* nacional. As várias interpretações baseadas nesta idéia podem ser consideradas como a tentativa de dotar o país de um rumo seguro, que vem se desenrolando ao longo da evolução nacional, a partir do qual se poderá modernizar o país, tendo em vista as exigências de uma nascente indústria. Tal modernização, sendo pautada por valores tradicionais, ocorreria sem que se alterasse a posição da elite intelectual, guardião de tais valores.

Podemos, a partir das últimas afirmações, ensaiar uma interpretação da específica formação de um grupo intelectual no país. De acordo com Gramsci, existem duas formas principais de formação desses grupos. Na primeira, nasceria um grupo de intelectuais originários de uma forma específica de um determinado campo da produção econômica, a fim de “organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe”,¹⁴⁸ daí o nome *intelectual orgânico*. Na segunda, estes intelectuais “orgânicos” acabam por se identificar enquanto grupo, considerando “a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante”¹⁴⁹ – são os intelectuais “tradicionais”.

No Brasil, a formação de um grupo intelectual parece ter se dado de forma semelhante. Contudo, algumas especificidades devem ser notadas. Tendo em

1924”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 04/05/1952, apud AMARAL, Aracy. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo, 1997, p. 59.

148 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 4.

149 *Idem, ibidem*, p. 6.

vista a sociedade patriarcal rural dos tempos de colônia esboçada por Freyre, nota-se que a existência de intelectuais era desnecessária, pois o senhor de engenho mantinha sua posição enquanto mandão absoluto de determinada região pelo recurso à violência. Nos seus domínios, quem não concordasse com sua autoridade que sumisse ou fosse morto. O poder econômico e uma rede clientelística, cuja hierarquia era familiar, garantiam-lhe o monopólio da violência.

Foi somente com a ascensão do Estado, com o desenvolvimento urbano e industrial e um maior controle imperial no Brasil, que o intelectual passa a ter uma maior importância, pois é agora solicitado em função de uma série de saberes técnicos requeridos pela incipiente indústria e por uma estrutura burocrática essencial ao controle estatal.

Uma outra virada pode ser notada no período que corresponde aos anos que antecedem e que se seguem à “revolução” de 1930. Agora é a burguesia industrial urbana que começa a criar seus intelectuais orgânicos, e não mais a aristocracia rural, que tem seu prestígio e poder econômico bastante prejudicados. Estes novos intelectuais irão encontrar um quadro estabelecido de antigos intelectuais, que agora são os “intelectuais tradicionais” brasileiros do período em questão. Portanto, seria de se supor que houvesse uma disputa entre os ideais progressistas dos intelectuais burgueses e o pensamento conservador dos intelectuais tradicionais. Contudo, sendo os espaços de atuação e os meios e espaços de produção intelectual dominados pelos

intelectuais tradicionais, seria impossível propor uma ruptura completa.

A solução encontrada pelos novos intelectuais foi uma conciliação com os tradicionais, ou seja, a proposição de uma *modernização conservadora*, que, desta forma, não ameaçaria as posições instituídas. O próprio Freyre é um exemplo desta conciliação: embora filho da aristocracia decadente nordestina, sua estadia nos EUA e, em seguida, na Europa, dotaram-lhe de ideais modernos europeus, não obstante ter permanecido fiel à sua formação brasileira, o que o aproxima dos intelectuais orgânicos nascidos da burguesia industrial. O apoio que recebeu de um representante da intelectualidade tradicional, seu quase tutor Oliveira Viana, foi fundamental para que criasse uma rede de influências intelectuais nacional e internacional. Além disso, a utilização de um conceito de raça (muito embora com conotação diversa da comumente utilizada até então no Brasil) certamente foi fundamental para que fosse ouvido e aceito nos meios acadêmicos e intelectuais brasileiros.

4.2. *O SPHAN no contexto do Estado Novo*

Uma questão que a problemática dos intelectuais orgânicos levanta, em Gramsci, é a dos partidos políticos modernos. Segundo o pensador italiano, para *alguns* grupos, os partidos são uma forma de constituir seus intelectuais orgânicos diretamente no campo político e filosófico, excluindo a passagem pelo campo da técnica produtiva. Para *todos* os grupos, o partido político “é precisamente o mecanismo que representa na sociedade civil a mesma função

desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo – o grupo dominante – e os intelectuais tradicionais”.¹⁵⁰

No caso brasileiro, a principal especificidade é que o Estado Novo aboliu os partidos políticos. Sônia Regina de Mendonça parece ter perspicazmente percebido este problema e as implicações de tal fato para a organização política dos intelectuais brasileiros. Um dos aspectos da constituição do Estado brasileiro, segundo a autora, foi a

“imposição de uma exacerbada centralidade do poder, no sentido de instituírem-se as marcas da presença do Executivo federal em todas as unidades administrativas estaduais, configurando-se uma rede de agências e agentes, dotada de um duplo movimento: o combate às tendências políticas centrífugas, ratificadas historicamente pelo extremo federalismo vigente ao longo da Primeira República e a simultânea construção de uma visão socialmente homogeneizadora – por intermédio de uma apurada hierarquia dos organismos do poder público – do que fosse o nacional”.¹⁵¹

Com a cristalização de uma ideologia anti-partido, os diversos grupos passaram a se organizar dentro dos aparelhos estatais. Desta forma, “a luta de classes no Brasil adquiriria outra forte dimensão: a de conflitos inter ou intraburocráticos, ou melhor, a de um conflito de aparelhos”.¹⁵²

Outro aspecto que caracteriza a formação do Estado nacional brasileiro, segundo a autora, foi aquilo que

“é comumente designado pela literatura especializada como hipertrofia do Estado, ou, do ponto de vista aqui adotado, de crescimento da sociedade política, no sentido da multiplicação de suas agências e órgãos com atribuições estendidas aos mais variados domínios do social, desde aqueles voltados para a coordenação e controle de ramos específicos da atividade econômica, até os

150 *Idem, ibidem*, p. 14.

151 MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. cit.* p. 71-72.

152 *Idem, ibidem*, p. 73.

destinados à gerência de bens culturais em sentido bem amplo”.¹⁵³

O SPHAN foi, portanto, criado no bojo desta ampliação dos ramos de atuação estatal, tornando-se um espaço onde se pôde organizar a elite intelectual, que, como vimos, passou a defender uma modernização do país pautada em valores tradicionais. Assim, beneficiava-se o Estado, que necessitava de uma legitimação intelectual, de uma construção teórica que embasasse a industrialização e a manutenção das mesmas elites no poder e, em contrapartida, os intelectuais ligados ao SPHAN tinham, além de uma estável carreira, a possibilidade de ver suas idéias tomarem força de lei e serem implementadas pelo próprio Estado.

Foi, desta forma, através do SPHAN que Freyre e Costa conferiram às suas idéias de uma identidade nacional, expressa através do estudo da casa brasileira (para o primeiro, o espaço da formação de uma cultura original, para o segundo, a materialidade na qual tomou forma valores estéticos universais e verdadeiros, idéia derivada da formação sócio-cultural freyreana), um *status* de discurso oficial. Mas de que forma, especificamente, os dois intelectuais firmaram, dentro deste órgão, a hegemonia de seus discursos?

Freyre teve dois tipos de atuação no SPHAN, uma indireta e outra direta. A primeira se deu através do grau de influência que alcançou o campo conceitual que construiu, a tal ponto de não se poder falar de casa brasileira sem recorrer às categorias e conceitos por ele propostas. Silvana Rubino chega mesmo a dizer que o autor possuía um “prestígio forte junto ao núcleo dominante da

153 *Idem, ibidem*, p. 71.

instituição” e que ele possuía uma “posição de referência junto aos arquitetos do SPHAN”.¹⁵⁴ Segundo a autora, pode-se mesmo afirmar que “a aproximação de Freyre e Costa e, em seguida, de Freyre com todo o grupo do SPHAN, por meio do apreço à arquitetura que restou do período colonial, com suas supostas marcas de abasileiramento, nos ajuda a entender a política da instituição dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, a postura que privilegia o patrimônio principalmente até o século 18”.¹⁵⁵

A atuação direta diz respeito às publicações que levou a cabo através do SPHAN e por responder pelo serviço na sede da “4ª Região”, no Recife, o “assistente técnico que é o dr. Gilberto Freyre”.¹⁵⁶ No que tange à primeira forma de atuação direta (nos restringindo aqui ao recorte abordado), Freyre publicou um artigo, em 1937, para o primeiro número da *Revista do SPHAN*, intitulado “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das Colônias”, no qual “realizou uma franca defesa do que denominou luso-tropicologia e afirmou a unidade cultural luso-brasileira ou luso-afro-brasileira (interessante lembrar que “Documentação necessária”, de Lucio Costa, foi publicado no mesmo número). Segundo ele, o português “possuía a capacidade de se dissolver e perpetuar em outros povos e no Brasil a arquitetura – religiosa, militar e da casa-grande – conservou-se portuguesa,

154 RUBINO, *Op. cit.*, p. 271. A autora se refere, no entanto, a uma discussão entre Freyre e Luís Saia, arquiteto do SPHAN, sobre as igrejas com alpendres, discussão presente inclusive numa nota de rodapé do “Prefácio à primeira edição” (ao menos na edição com que trabalhamos). Contudo, o próprio texto de Saia, como observa a autora, “revela a dificuldade de construir um ponto de vista alternativo, pois se trata de discutir um autor indiscutível para seus pares” (*dem, ibidem*, p. 272).

155 *Idem, ibidem*, p. 272.

156 ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 31.

apesar da influência do que Freyre retrata como um meio social colorido pela escravidão e miscigenação”.¹⁵⁷ Podemos notar claramente, a partir desta explicação de Rubino, que Freyre fornecia os elementos teóricos a partir dos quais o SPHAN levaria a cabo sua política preservacionista. Além das publicações oficiais da *Revista*, o SPHAN também fazia publicações “avulsas”, como o *Guia da cidade de Ouro Preto*, de autoria de Manuel Bandeira, e *Mucambos do Nordeste*, que analisamos oportunamente e que demonstrou ter profundas ligações com a defesa da arquitetura popular feita por Costa em “Documentação necessária”.

Uma questão, contudo, paira ante o que expomos. Como poderia Freyre, antes perseguido em função da Revolução de 1930, se ligar a um órgão estatal num período em que o governo varguista se tornou muito mais autoritário? Tal fato teria possibilidade de acontecer somente se o SPHAN gozasse de uma autonomia frente comando central deste governo. É justamente esta a tese que defenderemos. Segundo Lauro Cavalcanti,

“um aparente paradoxo que, de algum modo, aponta para uma certa autonomia das questões internas ao campo arquitetônico [dominante no SPHAN], é o contraste entre as suas querelas e o clima político brasileiro na época em que se produziram tais debates: em uma ditadura como a do Estado Novo conviviam e disputavam o domínio do campo variadas correntes arquitetônicas. No período democrático de Juscelino Kubitschek, a corrente ‘moderna’ reina sozinha e absoluta. Acredito, entretanto, também, que se a possibilidade de estilos tão diversos [como os ecléticos, neocoloniais e modernos], em um período de ‘fechamento’ político, aponta para um não-monolitismo do Estado, os métodos de ação utilizados para a concretização das formas, tanto no caso do Ministério da Fazenda quanto no da Educação e Saúde, através da anulação de concursos públicos e de convite pessoal pelos titulares dos ministérios, indicam uma utilização monolítica dos instrumentos de poder. Para o domínio do seu campo os ‘modernos’ possuíam um discurso

157 RUBINO, Silvana. *Op. cit.*, p. 271.

arquiteticamente fundado e um elo com o campo da burocracia; o movimento de autonomização se dá, em aparente paradoxo, com métodos políticos pouco autônomos e com um forte papel da ação humana individual”.¹⁵⁸

Desta forma, a autonomia do SPHAN foi construída através de uma utilização monolítica dos instrumentos de poder, sendo o campo no qual este órgão atuou dominado em função de um discurso arquitetonicamente fundado (o produzido por Lucio Costa a partir de uma leitura da obra de Gilberto Freyre) e de um elo com o campo da burocracia (ou seja, a ligação destes intelectuais com o grupo de Gustavo Capanema). Além do mais, a perseguição que Freyre sofreu em 1930 era mais política (sua família representava os interesses dos velhos grupos) que intelectual (uma vez que seu pensamento se mostrou muito alinhado com os ideais do Estado brasileiro).

Em relação a Costa, percebemos que sua atuação dentro do SPHAN foi muito mais direta que a de Freyre. Já analisamos sua inserção dentro do órgão, relativizando seu papel, mas demonstrando sua parcialidade em validar o passado, além da estreita ligação da sua noção de arquitetura brasileira com as práticas preservacionistas do SPHAN. Falta-nos demonstrar tal atuação com alguns exemplos concretos.

Já em 1937, Costa é incumbido de inspecionar e propor soluções para as ruínas jesuíticas do sul do país. Após percorrer o local, tendo analisado minuciosamente vestígios artísticos e arquitetônicos, Costa propõe a construção de um museu, situado em São Miguel, para onde seriam removidos os artefatos encontrados nos outros povoados. O projeto deste museu,

¹⁵⁸ CAVALCANTI, Lauro. “Encontro moderno: volta futura ao passado”. In CHUVA, Márcia. *Op. cit.*, p. 42-43.

preocupado com que “os visitantes, geralmente pouco ou mal informados ‘compreendam’ melhor a significação das ruínas, sintam que já houve vida dentro delas e, se possível, também ‘vejam’, como o Sr. Augusto Meyer, ‘aquela porção de índios se juntando de manhãzinha na igreja”,¹⁵⁹ propunha a construção de um “singelo” abrigo, em moldes modernos, com paredes de vidro que proporcionassem uma visão das ruínas juntamente com as demais peças encontradas e representativas das reduções jesuíticas. Poderia parecer estranho um projeto moderno junto a ruínas do período colonial. Contudo, conforme afirma o organizador da coleção de pareceres onde se encontra o referido relatório, “o museu expressa o pensamento de Lucio Costa para a intervenção em sítios históricos, onde o novo integra-se ao antigo, posto que a *boa arquitetura moderna é sempre perfeitamente compatível com outra do período anterior*”.¹⁶⁰ Afinal, arquitetura moderna e colonial seriam a mesma “boa” e “verdadeira” arquitetura, ou ao menos possuiriam a mesma identidade, o que mudaria seriam apenas as técnicas construtivas. Tal raciocínio é o que explica o tombamento provisório da Igreja de São Francisco, na Pampulha, e da Catedral de Brasília, sendo esta última tombada antes mesmo de ter sido concluída, além da inserção de um prédio caracteristicamente moderno, que é o Grande Hotel de Ouro Preto, dentro de um conjunto urbanístico tombado pelo seu “valor histórico”.

Temos ainda o plano de trabalho, elaborado em 1949 para o DET, e que

159 Relatório de viagem que fez para os Sete Povos das Missões, RS, em 1937. PESSÔA, José [org.]. *Op. cit.*, p. 39.

160 *Idem, ibidem*, p. 16.

serviu de parâmetro para toda a ação posterior de tombamento, tocando “nas mesmas questões necessárias a uma ação eficaz de proteção do patrimônio cultural e com as quais ainda nos defrontamos, como a produção do conhecimento, a criação de um corpo de especialistas, o inventário sistemático, os esquemas de classificação da arquitetura e a identificação de séries tipológicas”,¹⁶¹ tudo assentado nos critérios que viemos nos esforçando em identificar.

É, mais uma vez, Sônia Regina de Mendonça que, através de uma análise sócio-histórica da formação das agências estatais nacionais, mais especificamente daquelas responsáveis pela gestão e produção de bens culturais, nos ajudará a compreender o papel de Lucio Costa dentro do SPHAN. Segundo a autora,

“a organização da sociedade política, ou Estado em sentido estrito, pressupõe, para além do ato da delegação dos poderes de um conjunto de indivíduos organizados para a figura de um mandatário – movimento típico da constituição dos aparelhos privados de hegemonia [...] – um segundo movimento. Este consiste no fato de que é a instituição, uma vez implementada mediante o aparelhamento dos grupos da sociedade civil na sociedade política, que concede um dado mandato a um delegado-funcionário, de acordo com critérios que, muitas vezes, escapam ao controle do grupo de interesses original, em nome das supostas razões da, agora, *res publica* [...] Na qualidade de personificações do Estado, elas [, as agências públicas de gestão dos bens culturais,] se tornam ‘juízes supremos’ do poder simbólico, por isso mesmo aptas a legalizar um capital cultural qualquer. Nessas condições, o capital cultural parece perder seu caráter de fruto de um embate entre agentes distintamente qualificados, que visam a impor uma visão absoluta, para assumir o status de valor universal ou nacional, sendo despido de toda a sua inerente relatividade.

Operando estratégias como essa que, permanentemente, constroem e reconstróem a realidade social mediante a conservação ou rejeição de esquemas classificatórios, tornados ‘velhos’ ou ‘modernos’, segundo suas posições e/ou interesses, os agentes encastelados nos órgãos públicos em geral, adquirem, quer se queira ou não – o que é sempre objeto de polêmica quando referido

161 *Idem, ibidem*, p. 17.

aos elementos ligados à gestão cultural – o estatuto de funcionários. E, nessa condição, eles se vêem dotados de uma outra solidariedade, diversa daquela conferida pela força dos *habitus*, proveniente de sua própria vinculação ao aparelho. Trata-se de uma solidariedade que é proporcionalmente maior, quanto menor for o capital social ou cultural previamente detido pelo agente, que passa, assim, a ter no aparelho o seu leit-motiv. Nessa posição eles convertem-se em autores do chamado ‘argumento das autoridades’ que, expresso no discurso oficial, deixa de pertencer-lhes enquanto sujeitos intelectuais, a despeito de terem nele imprimido suas marcas”.¹⁶²

O papel de Lucio Costa dentro do SPHAN pode ser compreendido através desta teorização. Ele se insere num aparelho burocrático responsável pela gestão dos bens culturais da nação, representando os interesses de um grupo de intelectuais dominante no campo arquitetônico, ou seja, os arquitetos modernos, do qual figura claramente como líder. Contudo, Costa mantém no órgão em que passa a atuar uma solidariedade com o grupo no qual se formou o seu “*habitus*”, pois seria impensável que ele se desfizesse de um capital cultural e social de elevado montante a fim de se enquadrar num aparelho estatal. O contrário é que de fato ocorre: Costa é quem utiliza o aparelho a favor de seus ideais, que de tão bem estruturados passam a influenciar não somente o funcionamento do próprio aparelho, mas o próprio desejo de modernização do Estado nacional. Se é uma idéia de identidade nacional que dita os padrões centralizadores da busca da modernidade brasileira, é no SPHAN que ela será construída. Os critérios informados por Costa (que, não podemos nos esquecer, são indissociáveis da “indiscutível” obra de Gilberto Freyre) ditarão em grande medida o que será preservado enquanto prova material de uma verdadeira cultura nacional e, por conseguinte, o que será extinguido por ter sido meramente um engano ou um engodo.

162 MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. cit.*, p. 77-79.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Esta monografia foi pensada primeiramente em função de uma preocupação de cunho social. Ao irmos de distantes localidades a fim de cursar a graduação numa cidade “histórica”, nós, estudantes, nos deparamos com um interessante fato. A população nativa do local que agora habitamos pouco ou nada sabe os aspectos de importância histórica acerca da sua cidade, o que também ocorre entre os grupos mais privilegiados. Parece haver uma ignorância quanto a detalhes básicos das igrejas e outros prédios e porque eles e outras casas foram e são preservadas. Talvez os únicos que possam dizer algo a este respeito são alguns cidadãos envolvidos com projetos culturais e os guias da cidade (que em troca de alguns trocados encham os ouvidos dos turistas de fatos curiosos e, muitas vezes duvidosos). Ainda assim, este conhecimento deriva, em grande medida, daquela “história tradicional do urbano” a que alude Sérgio da Mata, que “é fruto de uma ânsia de (re)construir a memória de uma coletividade”, e cujo grande problema “reside no fato de que, freqüentemente, o retrato que ela oferece procede a uma simples inversão da lógica da caricatura. Se esta ressalta os ‘defeitos’, aquela simplesmente os ignora”.¹⁶³

163 MATA, Sérgio da. *Chão de deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002, p. 13.

Na tentativa de compreender melhor esta questão, iniciamos um estudo acerca das casas brasileiras, e a historiografia que primeiro se nos apresentou já demonstrou de início uma similaridade com o que já conhecíamos da obra de Gilberto Freyre. Seguindo o percurso que inicialmente trilhamos, descobrimos que estes historiadores possuíam uma ligação tanto com os órgãos públicos de gestão e preservação de bens históricos e artísticos quanto com escolas arquitetônicas que se deixaram influenciar pelo legado da arquitetura moderna, a exemplo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Assim, parecia, a princípio, que três fatores se interligavam no que diz respeito a construção dos critérios que nortearam as escolhas dos edifícios que aqui foram preservados: a obra de Gilberto Freyre, um pensamento presente num grupo de intelectuais ligados à arquitetura moderna brasileira e o poder público.

Ao fim e ao cabo, ao que tudo indica, a pesquisa que nasceu deste palpite inicial nos conduziu a um lugar no espaço e no tempo capaz de lançar alguma luz no problema: um determinado grupo de intelectuais, cujos principais representantes e líderes mais ativos foram Gilberto Freyre e Lucio Costa, produziu um pensamento que, em contato com o poder público, moldou a cultura nacional através de fontes que eles próprios construíram. Tal fato se deu a partir do poder, conferido pelo Estado, de preservar e de permitir a demolição de edifícios, mantendo posições sociais e indicando os rumos da

modernização.

Resta agora apontar duas possíveis conseqüências deste processo que se iniciou, portanto, na década de 1930. A primeira é a que foi inicialmente motivo de nossas preocupações. Embora o arcabouço teórico construído por Freyre e Costa privilegie as casas populares como dignas representantes da cultura nacional, tanto por seus aspectos construtivos quanto pela presença de vestígios materiais de uma cultura original que ela representa, parece-nos que tal arcabouço conduziu a uma preservação de edifícios majoritariamente pertencentes a elementos da elite.

Vimos que, segundo a argumentação freyreana, a casa-grande representaria tanto o modo de vida de senhores quanto de escravos, pois todos viviam sob o mesmo sistema, uns dominando e outros sendo dominados. Contudo, ao contrário do que seria de se esperar em função de tal apropriação, temos que admitir que, no fim das contas, a memória não foi preservada de maneira democrática como se esperaria partindo destes pressupostos. Ao se pautar, como vimos, por critérios mais artísticos que históricos, sociais ou antropológicos (embora estas áreas do conhecimento tenham, como vimos, influenciado a nova arquitetura de Lucio Costa, explicando as origens das características artísticas que aqui afluíram), podemos inferir que são os caracteres arquitetônicos, portanto construtivos e artísticos, que são privilegiados, e não os sociológicos. Isso implica em preservar traços culturais que somente são acessíveis ao público em geral através de uma formulação

levada a cabo por intelectuais. Desta forma, para que um cidadão “comum” compreenda o significado artístico daquelas moradias, tal significado tem que ser antes construído e depois explicado a este cidadão, pois, certamente, ele não sentirá, ao andar numa rua repleta de sobrados, mais que uma admiração pelo aspecto peculiar das casas justapostas e coloridas. Afinal, a imagem de casa que provavelmente repercutiria nas almas destas pessoas não seria a do imponente sobrado, mas a da casinha simples, aquela que representa abrigo, aconchego, tranquilidade na solidão, da qual talvez o arquétipo seja a “cabana do eremita”, o “antitipo do mosteiro”: “em torno dessa solidão centrada irradia um universo que medita e ora, um universo fora do universo. A cabana não pode receber a menor riqueza ‘deste mundo’. Tem uma feliz intensidade de pobreza. A cabana do eremita é uma glória da pobreza. De despojamento em despojamento, ela nos dá acesso ao absoluto do refúgio”.¹⁶⁴ De tais casas, que por certo poderiam ser representadas pelos mocambos e pelas casas térreas mais simples, poucos vestígios restam, talvez em função de sua menor durabilidade e do pouco caso que elas suscitam nas autoridades responsáveis.

Além disso, não são, ao nosso ver, as fachadas, as paredes de taipa de pilão, as treliças das janelas, a “justeza das proporções”, enfim, a saúde plástica das habitações, que melhor representam as relações sociais de um dado período e as formas de cultura que a partir delas surgiram. Para este fim, talvez a melhor opção fosse preservar os espaços em função das relações de dominação e resistência nos quais elas se desenrolaram. É óbvio que as casas

164 BACHELARD, Gaston. *Op. cit.*, p. 49.

são, sem dúvida, importantes representantes destes espaços. Contudo, em função dos critérios exclusivamente arquitetônicos adotados (é importante que se ressalte, trata-se de uma arquitetura mais preocupada com aspectos estéticos que sociais), a preservação se torna parcial e incompleta.

A segunda consequência diz respeito à produção historiográfica acerca da casa que se seguiu e da qual não há, aliás, até hoje, sistematização apropriada. Foi, a princípio, nosso desejo empreender o desafio de fazer uma análise metódica desta historiografia. Contudo, este seria, por certo, um trabalho que por si só já valeria outra monografia. Como vimos na introdução deste trabalho, a história da casa tem sido influenciada pelas interpretações aqui expostas, o que tem excluído ainda mais alguns atores da memória coletiva do país, não obstante alguns esforços esparsos no sentido contrário.

Com este trabalho, pretendemos dar uma contribuição para a desnaturalização de construções culturais que claramente se mostram excludentes. As práticas preservacionistas permanecem quase inalteradas desde sua implementação em 1937, e os cidadãos acabam nem mais se perguntando o porquê disto, sendo que a memória de seus grupos acabam relegadas, neste processo, ao esquecimento ante a memória da nação, e as verbas destinadas a projetos culturais ligados ao patrimônio histórico acabam por ser destinados apenas aos já bem colocados donos das belas habitações coloniais. Com a identificação e crítica dos critérios que ditam a preservação de bens culturais no Brasil, pretendemos contribuir com o questionamento de práticas alheias a maioria da população e com a devolução da memória do

povo brasileiro, um de seus mais preciosos bens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. “Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20”. VOLFZON, Ethel et. al. [orgs]. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- AMARAL, Aracy. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo, 1997.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. “Esquema de Lucio Costa”. In NOBRE, Ana Luiza et. al. [Orgs.]. *Um Modo de ser moderno. Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- ARANTES, Antônio. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- _____. “Nas asas da razão: ética e estética na obra de Lucio Costa”. In NOBRE, Ana Luiza et. al. [Orgs.]. *Op, cit.*
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do espaço*. São Paulo: Martin Fontes, 1993 (Coleção Tópicos).

BARBU, Zevedei. “A contribuição de Gilberto Freyre à sociologia histórica”.

In Gilberto Freyre na Universidade de Brasília; conferências e comentários de um simpósio internacional realizado de 13 a 17 de outubro de 1980. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

BOMENY, Helena Bousquet. “O patrimônio de Mário de Andrade”. *In*

CHUVA, Márcia. *A Invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

BROCA, Brito. “Blaise Cendrars no Brasil, em 1924”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 04/05/1952.

CAVALCANTI, Lauro. “Encontro moderno: volta futura ao passado”. *In*

CHUVA, Márcia. *Op. cit.*

COSTA, Lucio. “Documentação necessária”, *In Arquitetura civil II*. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

_____. “Documentação necessária”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. V. 1, Rio de Janeiro, 1937.

_____. *Razões da nova arquitetura*.

www.vitruvius.com.br/documentos/arquitetos/lucio02.asp

_____. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das artes, 1995

FARIA, Luiz de Castro. “Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão”. *In* CHUVA, Márcia.

Op. cit.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. “Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX”. *In Anais do Museu Paulista, Nova Série*, Nº 1, 1993, pp.107-129.

FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do brasileiro: em busca de um novo homem*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998

FREYRE, Gilberto. *A Casa brasileira: tentativa de síntese de três diferentes abordagens, já realizadas pelo autor, de um assunto complexo: a antropológica, a histórica, a sociológica*. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.

_____. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schimdt, 2000 (1933).

_____. *Casa-grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 8ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, V. I.

_____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 3ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

_____. *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo: ed. Nacional/Ed. da USP, 1971.

_____. *Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 6ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio;

Recife: Câmara dos Deputados: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.

_____. *Mucambos do Nordeste*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937

_____. *Tempo morto e outros tempos*. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LEITE, Rogério Proença. “Fora de portas: o sobrado e seus inimigos”. In VOLFZON, Ethel et. al. [orgs]. *Op. cit.*

LEMOS, Carlos. *A Casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

LIMA, Luiz Costa. “O caminho plástico de Lucio Costa”. In NOBRE, Ana Luiza et. al. [Orgs.]. *Op, cit.*

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In NOVAIS, Fernando A. Novais [org. geral da coleção]; SEVCENKO, N. [org. do volume]. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – (História da Vida Privada no Brasil; 3).

MARTINS, Carlos A. Ferreira. “Lucio Costa e Le Corbusier: afinidades eletivas”. In NOBRE, Ana Luiza et. al. [Orgs.]. *Op. cit.*

MATA, Sérgio da. *Chão de deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Berlin:

Wiss. Verl. Berlin, 2002.

MATTA, Roberto da. *A Casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MENDONÇA, Sônia Regina de. “Por uma sócio-história do Estado no Brasil.

In CHUVA, Márcia. *Op. cit.*

MINDLIN, H. “Gilberto Freyre e os arquitetos”. *Guanabara*. n. 4. Rio de

Janeiro: IAB, jan./fev. 1962.

O’DONNELL, Guillermo. “Privatization de lo público en el Brasil:

microescenas”. *Nueva Sociedad*, v. 104, 1989.

ORSER JR, Charles. “A teoria de rede e a arqueologia da história moderna”.

In Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo,

Suplemento 3, 1999.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. “Gilberto Freyre: um nordestino

vitoriano”. *In* VOLFZON, Ethel et. al. [orgs]. *Op. cit.*

PESSÔA, José [org.]. *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro:

IPHAN, 1999.

PUNTONI, Pedro. “A casa e a memória: Gilberto Freyre e a noção de

patrimônio histórico nacional”. *In* FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B.

de. [orgs.]. *O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio

de Janeiro: Colégio do Brasil/ UniverCidade/ Fundação Roberto

Marinho/ Topbooks, 2001.

ROCHA, João César de Castro. “Notas para uma futura pesquisa: Gilberto

Freyre e a escola paulista”. *In* FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B. de.

[orgs.]. *Op. cit.*

RUBINO, Silvana. “Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lucio Costa e Gilberto Freyre”. *In* VOLFZON, Ethel et. al. [orgs.]. *Op. cit.*

SEGRE, Roberto. “Ideologia e estética no pensamento de Lucio Costa”. *In* NOBRE, Ana Luiza et al. [orgs.]. *Op. cit.*

SKIDMORE, Thomas F. “Raízes de Gilberto Freyre”. *In* VOLFZON, Ethel et. al. [orgs.]. *Op. cit.*

SOUZA, Jessé. *A Modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Unb, 2000.

TELLES, Vera. *A Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. 1992. Tese (doutorado). – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador e BITTAR, Wiliam. *500 anos da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIANNA, Hermano. “A meta mitológica da democracia racial”. *In* FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B. de. [orgs.]. *Op. cit.*

ZARANKIN, Andrés. “Arqueología de la arquitectura: *another brick in the wall*”. *In* *Revista do Museu Paulista de Arqueologia e Etnologia*. *Op. cit.*